

CENTRO UNIVERSITÁRIO BARÃO DE MAUÁ

JULIA BONILHA VALERI

**OPERAÇÃO SEVANDIJA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A COBERTURA
JORNALÍSTICA**

Ribeirão Preto

2025

JULIA BONILHA VALERI

**OPERAÇÃO SEVANDIJA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A COBERTURA
JORNALÍSTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso de
Comunicação Social com habilitação em
Jornalismo do Centro Universitário Barão
de Mauá para obtenção do título de
bacharel.

Orientador: Prof. Dr. Lucas Arantes Zanetti

Ribeirão Preto

2025

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

V163o

Valeri, Julia Bonilha

Operação Sevandija: um estudo de caso sobre a cobertura jornalística/ Julia Bonilha Valeri - Ribeirão Preto, 2025.

60p.

Trabalho de conclusão do curso de Comunicação Social - Jornalismo do Centro Universitário Barão de Mauá

Orientador: Dr. Lucas Arantes Zanetti

1. Sevandija 2. Documentário 3. Jornalismo I. Zanetti, Lucas Arantes II. Título

CDU 070

Bibliotecária Responsável: Maria Gabriela Farias Cobianchi CRB⁸ 9914

RESUMO

A Operação Sevandija, o maior escândalo de corrupção de Ribeirão Preto, foi deflagrada em setembro de 2016 com um esquema de fraude em contratos de licitações que somam mais de R\$ 200 milhões - dinheiro advindo dos cofres públicos - de acordo com reportagens publicadas pelo portal G1 (2016). Comparado com a Operação Lava Jato, o caso teve uma ampla cobertura jornalística local e destaque na mídia nacional. Assim, através de um documentário tradicional com entrevistas de jornalistas e profissionais que trabalharam na cobertura da operação, o presente trabalho analisa como a imprensa local tratou a operação em suas diversas etapas e os desdobramentos, que segue com o processo judicial em andamento devido à natureza inconclusiva das investigações, e a construção da narrativa sobre a Operação Sevandija, que o tornou um exemplo de escândalo político midiático.

Palavras-chave: Operação Sevandija; documentário; cobertura jornalística; jornalismo; midiaticização.

ABSTRACT

The Sevandija Operation, the largest corruption scandal in Ribeirão Preto, was launched in September 2016, involving a scheme of fraud in public bidding contracts amounting to over R\$ 200 million—money sourced from public funds—according to reports published by the G1 portal (2016). Compared to Operation Lava Jato, the case received extensive local journalistic coverage and gained national media attention. Thus, through a traditional documentary featuring interviews with journalists and professionals who covered the operation, this study analyzes how the local press reported on the case throughout its various stages and its developments—given that the judicial process is still ongoing due to the inconclusive nature of the investigations—and the construction of the narrative around the Sevandija Operation, which turned it into an example of a mediatized political scandal.

Keywords: Sevandija Operation; documentary; journalistic coverage; journalism; mediatization.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 A OPERAÇÃO SEVANDIJA.....	12
2.1 Desdobramentos atuais	14
2.2 Ribeirão Preto	16
2.3 O poder da imprensa.....	17
3 O FAZER DOCUMENTÁRIO	23
3.1 Documentário participativo	26
3.2 Documentário expositivo.....	27
3.3 Pré-produção e construção do roteiro	27
3.4 Entrevista como recurso narrativo	29
3.5 O papel dos entrevistados	31
3.6 Técnicas de entrevistas documentais.....	32
4 O PRODUTO	34
4.1 Captação e edição	35
4.2 Roteiro	36
5 CONCLUSÃO.....	44

1 INTRODUÇÃO

Este estudo teve como tema a cobertura jornalística da Operação Sevandija, o maior escândalo de corrupção da história de Ribeirão Preto (Almeida, 2020), resultando em um documentário que analisa a relação entre mídia, política e poder. O caso foi deflagrado em setembro de 2016 e resultou, dois meses depois, na prisão da então prefeita Dárcy Vera (PSD). No total, foram condenados 21 réus. Segundo a reportagem ‘Operação ‘Sevandija’: entenda como funcionava a fraude em Ribeirão Preto’, publicada pelo portal G1 (Oliveira; Turioni, 2016), a operação investigou um esquema de fraude em contratos de licitações que somam mais de R\$ 200 milhões - dinheiro advindo dos cofres públicos. Com a repercussão da operação, o caso chegou a ser comparado com a Operação Lava Jato¹ por Pavini (2024) que diz que ambas tiveram um *modus operandi* parecido, com prisões preventivas e colaborações premiadas (Santos, 2025). A natureza ainda inconclusiva das investigações é reflexo do cenário dos processos judiciais. São mais de 30 ações tramitando na Justiça, todas suspensas. A continuidade das investigações depende do julgamento do STF, o qual segue sem alterações desde 2022 (Schiavoni; Lopes, 2024). Ao longo dos anos, eventos como a saída de juízes e promotores, mudanças nas normas jurídicas - como a aceitação ou não de condenações baseadas em gravações de ligações, - e outros fatores impactaram diretamente o julgamento do caso. A pesquisa analisou como os veículos locais EPTV, G1 Ribeirão e Franca e jornal A Cidade, veículos do Grupo EP, trataram o caso desde a matéria que menciona a Operação Sevandija pela primeira vez, em 1º de setembro de 2016, até a prisão da ex-prefeita Dárcy Vera, em 2 de dezembro do mesmo ano.

Assim, o estudo tem o objetivo de entender como a cobertura desta operação pode ser compreendida o conceito de escândalo político midiático (EPM), proposto por John Thompson (2001). A teoria do autor se debruça sobre a relação entre os meios de comunicação e a política. Segundo ele, o escândalo político ocorre por meio de ações ou acontecimentos que transgridem valores, normas ou códigos morais, e quando terceiros ganham conhecimento dessas ações ou acontecimentos, gera-se uma resposta pública.

¹ Iniciada em 2014, a Operação Lava Jato é considerada uma das maiores investigações de corrupção e lavagem de dinheiro do Brasil. Ela revelou um vasto esquema de desvio de recursos na Petrobras, envolvendo políticos, empresários e grandes empreiteiras, incluindo Luiz Inácio Lula da Silva, Eduardo Cunha e Marcelo Odebrecht. A operação foi encerrada em 2021 (Campos, 2024).

Apesar da óbvia diversidade e variabilidade dos tipos de valores e normas que são relevantes para a existência de escândalo, há, no entanto, certos tipos de normas que são mais suscetíveis ao escândalo do que outros. [...] As regras que regem as transações financeiras também são propensas a escândalos, especialmente quando as violações envolvem fraude ou corrupção grave. [...] Assim como há normas que são mais suscetíveis ao escândalo, também há alguns indivíduos que são mais propensos a enfrentar escândalos se transgredirem uma norma. Todos os cidadãos podem ser formalmente iguais perante a lei, mas nem todos os infratores são iguais perante o tribunal do escândalo. Essa suscetibilidade diferencial ao escândalo está parcialmente relacionada ao grau de visibilidade dos indivíduos envolvidos: alguns indivíduos, em virtude de suas posições, realizações e responsabilidades, são muito mais visíveis do que outros e, portanto, mais vulneráveis ao escândalo se transgredirem uma norma (Thompson, 2001, pág. 33-34, tradução nossa)².

Thompson (2001) identifica que, dentro da esfera midiática, os escândalos políticos ganham maior visibilidade e, ao se desenvolverem diante da mídia, também são construídos por ela. A ideia do autor se relaciona com o caso da Operação Sevandija que, ao ser divulgada pela imprensa, gerou grandes repercussões por parte dos cidadãos que puderam ser vistas nas urnas eleitorais, quando o candidato favorito ao cargo de prefeito, Ricardo Silva, perdeu sua popularidade e, conseqüentemente, as eleições após ser citado nas investigações da operação (Pavini, 2024). Para alcançar os objetivos propostos, foi desenvolvido um documentário que inclui entrevistas com jornalistas que cobriram o caso e autoridades legais, que analisaram o processo com uma perspectiva externa, a fim de traduzir a esfera legal para o espectador.

A modalidade do presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) caracterizou como um documentário, o qual ilustrou um estudo de caso e permitiu uma análise aprofundada da cobertura jornalística sobre a Operação Sevandija, que ocorreu em Ribeirão Preto em 2016. Foram revisitadas reportagens de texto e vídeo do portal G1 e jornal A Cidade, além de matérias publicadas pela EPTV, afiliada da Rede Globo.

As entrevistas jornalísticas gravadas pela equipe foram realizadas com jornalistas que trabalharam na cobertura da operação e com outros profissionais que desenvolveram trabalhos acerca do caso. Os entrevistados responderam perguntas previamente formuladas ao longo do estudo de caso da cobertura.

A importância deste estudo está na análise da relação entre a mídia e política,

² Do original: A pesar de la evidente diversidad y variabilidad de los tipos de valores y normas que resultan relevantes para la existencia del escándalo, existen no obstante ciertos tipos de normas que son más susceptibles al escándalo que otras. [...] Las normas que respaldan las transacciones financieras también son propensas al escándalo, en especial cuando las transgresiones implican un fraude o una corrupción grave. [...] Del mismo modo que existen normas que son más susceptibles al escándalo, también existen algunos individuos que tienen mayores probabilidades de verse confrontados al escándalo si llegan a transgredir una norma. Puede que todos los ciudadanos sean formalmente iguales ante la ley, pero no todos los transgresores son iguales ante el tribunal del escándalo. (Thompson, 2001, pág. 33-34)

mais especificamente em como os meios de comunicação e o jornalismo constroem os escândalos políticos, que deixam de funcionar apenas por uma lógica da política e passam a operar por meio da lógica midiática. Assim, a partir dos conceitos de midiaticização da política abordado por Strömback (2008) e de escândalo político midiático por John Thompson (2001), além de entrevistas com jornalistas que participaram da cobertura da Operação Sevandija, foram abordados a evolução do caso e a maneira como a cobertura foi, e ainda é, conduzida. O caso é reconhecido como o maior escândalo de corrupção da história de Ribeirão Preto (Jornalista..., 2025). Devido a relevância da operação, a mídia local produziu uma ampla cobertura de reportagens que buscaram informar à população sobre o ocorrido, quem estava envolvido e quais seriam as repercussões legais.

Já existem trabalhos acadêmicos que estudam a operação, mas o recorte aborda a esfera legal. Artigos, como ‘Operação Sevandija: Um Estudo das Causas e Consequências da Corrupção’, de Hermes Duarte Morais (2020), e ‘Corrupção no Âmbito Municipal: O Caso Sevandija em Ribeirão Preto’, de Tailon Rodrigues Almeida (2020), estudam a operação a partir da ótica do Direito e se diferenciam da frente de estudos abordada neste trabalho, já que focam em como a corrupção funcionou no âmbito municipal, mas não investigam a relação entre mídia e política. Nesse sentido, este estudo é o primeiro que se propõe a compreender a Sevandija a partir de um ponto de vista da Comunicação e do Jornalismo.

Publicado em dezembro de 2024 e disponível nas livrarias em fevereiro de 2025, o jornalista Cristiano Pavini lançou um livro-reportagem intitulado ‘Sevandija: A história da operação contra a corrupção que estremeceu uma das maiores cidades brasileiras’. Apesar da obra, não foi feito um estudo sobre o caso na modalidade de documentário sob um ponto de vista jornalístico, o que acentua a importância deste trabalho, que refletiu sobre o papel da imprensa em casos políticos de grande repercussão, buscando compreender como as informações são interpretadas e como a sociedade é afetada.

Por fim, é importante entender como foi feita essa cobertura e como ela se enquadra no conceito criado por John Thompson (2001) de um escândalo político midiático e a relação entre mídia e política.

A partir disso, o estudo se propôs a responder até que ponto a intensidade e a velocidade do fluxo de informações sobre a Operação Sevandija impactaram a profundidade, o enquadramento e a diversidade das reportagens publicadas nos primeiros três meses de cobertura. Além disso, investigou-se como a midiaticização do

caso influenciou a construção narrativa e moldou a percepção pública do escândalo político.

A hipótese deste trabalho é que a Operação Sevandija foi construída a partir de processos comunicativos típicos da midiática da política, com uma grande influência da cobertura jornalística nos desdobramentos do caso. Nesse sentido, a Operação Sevandija pode ser compreendida como um exemplo de escândalo político-midiático nos moldes propostos por Thompson.

O objetivo geral foi analisar a cobertura midiática local da Operação Sevandija a partir dos conceitos de midiática e escândalo político-midiático. A pesquisa busca compreender de que forma a imprensa cobriu um escândalo de grande repercussão e qual foi a influência desta cobertura na formação da opinião pública sobre o caso.

Entre os objetivos específicos estão: compreender a influência da cobertura midiática na opinião pública sobre o caso; descrever a atuação de jornalistas e delegados no caso e qual o papel da mídia para colaborar na criação de escândalos políticos de grande repercussão; investigar os processos de midiática da política presentes na cobertura; e avaliar a atuação do G1, jornal A Cidade e da EPTV na abordagem jornalística da Operação Sevandija a partir da perspectiva de jornalistas que cobriram o caso.

A metodologia deste trabalho consistiu em uma abordagem qualitativa, utilizando técnicas de pesquisa documental e entrevistas. O estudo foi desenvolvido em duas frentes principais: a análise de reportagens e a realização de entrevistas com quatro jornalistas, três da EPTV - um apresentador, um repórter e uma produtora - e um do jornal A Cidade que cobriram a Operação Sevandija. A primeira etapa envolveu a coleta de reportagens publicadas entre 1º de setembro e 2 de dezembro de 2016 acerca da operação, abrangendo desde a deflagração do escândalo até a prisão da ex-prefeita Dárcy Vera (PSD). Essa análise documental permitiu identificar elementos sobre a cobertura da imprensa local, especificamente dos canais de comunicação do Grupo EP, frente ao escândalo político. A escolha do grupo de comunicação se deu pelos diferentes formatos de veiculação de notícias - televisão, site e impresso - que este proporciona e pelo amplo acervo de reportagens locais disponibilizado.

A segunda etapa do trabalho consistiu em entrevistas semi-estruturadas com jornalistas que participaram da cobertura. As entrevistas buscaram explorar suas percepções sobre a cobertura e intensidade de reportagens durante os dois primeiros meses da operação. Além disso, o documentário explorou como os profissionais enxergam a relação entre mídia e política. As fontes primárias (entrevistas) e secundárias (reportagens

e artigos acadêmicos) foram cruzadas para proporcionar uma visão abrangente sobre o impacto da cobertura na opinião pública e na construção da narrativa do escândalo. Em adição, o trabalho incorporou diferentes tipos de produções sobre jornalismo e corrupção, permitindo um referencial teórico e estético que enriqueceu a produção final do documentário, servindo um produto audiovisual que transmitiu as descobertas da pesquisa de forma acessível e envolvente.

2 A OPERAÇÃO SEVANDIJA

Antes de setembro de 2016, uma rápida busca no dicionário definiria “*Sevandija*” como uma pessoa que vive à custa dos outros, um nome comum a todos os parasitas e vermes. Mas, naquele mês, a palavra assumiria um novo peso para os moradores da cidade de Ribeirão Preto. Como aponta Hermes Duarte Moraes (2020), o termo deixou de ser apenas uma definição isolada para se tornar um símbolo de um dos maiores escândalos de corrupção da história do município.

Segundo Pavini (2024), as operações iniciadas em abril de 2016 precisavam de um nome, não apenas pelo apelo midiático, mas também para organizar pastas nos computadores e nomear relatórios internamente. A ideia do nome veio do agente Janones, que via os políticos investigados como “um bando de parasitas”. Inicialmente, ele sugeriu o nome *Taenia Solium*, verme que se aloja no intestino humano após o consumo de carne de porco contaminada, termo que foi imediatamente vetado. Mas após uma busca na internet, um dos resultados levou à palavra *sevandija*.

A expressão (*sevandija*) aparece em algumas traduções portuguesas de *Dom Quixote de La Mancha*, com o fiel escudeiro Sancho Pança a proferindo como ofensa. Gregório de Matos, o Boca do Inferno, um dos maiores - e mais ácidos - poetas barrocos, a utiliza como título no poema *Ao mesmo capitão sevandija do parnaso*. Já em Machado de Assis, no clássico *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, está no capítulo VIII: “éramos sevandijas, capadócios, malcriados, moleques” (Pavini, 2024, p. 51).

A Operação Sevandija foi deflagrada em 1º de setembro de 2016, e contava com o protagonismo do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), a Polícia Federal (PF) e Ministério Público (MP). A investigação apontava para um sistema de desvio de verbas públicas dentro da administração municipal, durante a segunda gestão da prefeita Dárcy Vera (2013 – 2016), do Partido Social Democrático (PSD).

As investigações identificaram fraudes na Secretaria Municipal de Educação, na Companhia de Desenvolvimento de Ribeirão Preto (Coderp) e no Departamento de Água e Esgoto de Ribeirão Preto (Daerp), onde grupos organizados atuavam para beneficiar aliados e direcionar contratos de licitações.

Em 1º de setembro - dia da deflagração - foram apreendidos R\$ 335.183, US\$ 11.486 e € 5.000 em dinheiro vivo. Além disso, 66 automóveis foram bloqueados, e outros 14 apreendidos e levados para um pátio policial. Por fim, as investigações

identificaram fraudes em contratos de licitação que totalizavam mais de R\$ 200 milhões desviados dos cofres públicos (Pavini, 2024).

Entre os principais desdobramentos da operação, está a prisão da então prefeita Dárcy Vera (PSD), eleita em 2008 e detida pela primeira vez em dezembro de 2016 (Schiavoni; Lopes, 2024).

O primeiro registro oficial do que se tornaria a Operação Sevandija foi produzido em 5 de agosto de 2013. Trata-se de um Relatório de Inteligência Financeira (RIF), produzido pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), órgão responsável por prevenir e combater a lavagem de dinheiro, e o financiamento do terrorismo. O documento mencionava personagens e empresas de Ribeirão Preto que, anos depois, estariam no centro das investigações da operação (Pavini, 2024).

Uma denúncia anônima registrada em 28 de abril de 2015 também foi fundamental para o avanço da investigação. De acordo com a reportagem publicada no G1, em 10/10/2016 (Sevandija..., 2016), um morador do Jardim Zara, na Zona Leste de Ribeirão Preto, enviou uma mensagem eletrônica por meio do sistema online do Ministério Público, relatando que seu vizinho mantinha uma empresa de fachada, andava de “carrão de luxo” e vivia dizendo que iria ficar rico “logo”.

Esse vizinho, Diego Renato Rossetto, era funcionário de uma empresa que, mais tarde, seria investigada na operação. Ele foi identificado como um dos laranjas de Dimas Fausto, denunciado meses antes, em 1º de fevereiro de 2015, por outro e-mail anônimo, enviado para o endereço eletrônico da Polícia Federal ribeirão-pretana (Pavini, 2024).

O denunciante anexou uma foto, em que circulou quem eram as pessoas envolvidas. Listou nomes, CNPJs, páginas nas redes sociais e um resumo financeiro do acusado. Afirmou que “em menos de dois anos ele comprou casa de luxo” e adquiriu “terreno pago em dinheiro numa maleta no valor de R\$ 800 mil”. E se despediu com um pedido: “que a justiça seja feita!!!” (Pavini, 2024, p. 41).

Ainda em 2015, um novo relatório do Coaf apontou para transações milionárias ligadas às empresas de Marcelo Plastino, que totalizavam R\$ 2 milhões movimentados entre agosto de 2013 e janeiro de 2015. De acordo com o Conselho, esses recursos tinham origem na terceirização de mão de obra para a prefeitura. Os dois nomes citados nos e-mails anônimos também apareceram no novo relatório: Dimas e Renato, estavam envolvidos em licitações de alto valor para a aquisição e manutenção de catracas eletrônicas em escolas municipais (Pavini, 2024).

A reportagem do G1 Ribeirão e Franca, *Operação 'Sevandija': entenda como funcionava a fraude em Ribeirão Preto* (Oliveira; Turioni, 2016), publicada em 1º de setembro de 2016, trouxe detalhes da investigação em entrevista com o delegado da Polícia Federal Flávio Vietez, que confirmava as irregularidades na compra de catracas para escolas municipais, em contratos firmados em 2012 pela Coderp com a Atmosphaera, a empresa responsável por fornecer mão de obra terceirizada.

No dia seguinte à deflagração da operação, em 2 de setembro, integrantes do Gaeco e do Tribunal de Contas do Estado realizaram uma vistoria nas escolas municipais de Ribeirão Preto para verificar se as 680 catracas eletrônicas, adquiridas em 2010, estavam de fato instaladas. O levantamento constatou que os equipamentos eram inoperantes ou sequer existiam (Pavini, 2024). Os recursos desviados vinham da Secretaria de Educação, e a movimentação de fundos para a falsa aquisição das catracas somavam aproximadamente R\$ 26 milhões, preço acima do valor de mercado (Oliveira; Turioni, 2016).

O esquema logo se mostrou um complexo caso de corrupção, já que as contratações firmadas iam muito além da necessidade administrativa - cargos eram distribuídos como moeda de troca política, enquanto empresas favorecidas garantiam repasses financeiros ilegais. O esquema envolvia um círculo de favorecimentos que drenava recursos dos cofres públicos e beneficiava agentes políticos, advogados, empresários e até mesmo vereadores.

[...] a Sevandija anunciava o dismantelamento de quatro braços de corrupção: aquisição e manutenção fraudulenta de catracas para o controle de estudantes, compra de apoio político de vereadores pelo Executivo por meio de apadrinhados na empresa de terceirização *Atmosphaera*, fraude na licitação para contratação da empresa Aegea pelo Daerp e pagamento de propina relacionada a um acordo sindical (Pavini, 2024, p. 31).

Dos 22 vereadores da Câmara de Ribeirão Preto, nove foram alvo de busca e apreensão: Cícero Gomes, Walter Gomes, Maurílio Romano, Capela Novas, Samuel Zanferdini, Saulo Rodrigues Da Silva, Evaldo Mendonça, José Carlos De Oliveira e Genivaldo Gomes (Pavini, 2024). Todos tiveram seus mandatos suspensos pela Justiça e foram proibidos de acessar prédios da administração municipal enquanto as investigações estavam em andamento. O superintendente do Departamento de Águas e Esgoto de Ribeirão Preto (Daerp), Marco Antônio dos Santos, e o secretário da Educação, Ângelo Invernizzi, foram presos no dia da deflagração da operação, e optaram por não se pronunciar ao serem levados pela Polícia Federal (Justiça..., 2016).

2.1 Desdobramentos atuais

O processo judicial ainda está em curso, com mais de 30 ações tramitando na Justiça. No entanto, todas estão suspensas, e a continuidade do processo aguarda o julgamento do STF (Schiavoni; Angelo, 2024). As constantes reviravoltas jurídicas e a recusa de juízes de tomar o caso, impactam diretamente o andamento do caso.

Os fatos são esses: as escutas, inicialmente autorizadas pela Justiça, foram determinantes para diversas prisões e processos, incluindo a condenação da ex-prefeita Dárcy Vera. No entanto, ao longo dos anos, a validade dessas provas foi alvo de disputas judiciais, resultando em sucessivas anulações e revalidações.

Em setembro de 2022, a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) resolveu anular as provas obtidas por meio das interceptações telefônicas, além dos elementos colhidos a partir de grampos, sob o argumento de que a decisão do juiz da 4ª Vara Criminal de Ribeirão Preto não apresentava fundamentação adequada para autorizar as escutas, o que fez com que todos os elementos provenientes dessas conversas também foram invalidados. Contudo, em fevereiro de 2023, o vice-presidente do STJ, ministro Og Fernandes, suspendeu a anulação, revalidando temporariamente as escutas como provas nos processos relacionados à operação.

A reviravolta no caso ocorreu dois meses depois, em abril de 2023, quando o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Nunes Marques, manteve a anulação das interceptações telefônicas, confirmando a decisão anterior do STJ.

Mas o impasse não durou muito. Em abril de 2024, o próprio ministro Nunes Marques reconsiderou sua posição e acatou um recurso da Procuradoria-Geral de Justiça de São Paulo, validando as provas colhidas na Operação Sevandija, incluindo as interceptações telefônicas. Com essa decisão, as provas voltaram a ser utilizadas nos processos judiciais (Nunes..., 2024)

Desde o início das investigações em 2016, seis juízes já se afastaram do processo. O primeiro a deixar o caso foi o juiz Lúcio Alberto Enéas da Silva Ferreira, que havia condenado a ex-prefeita Dárcy Vera e outros envolvidos por corrupção. Em seguida, o juiz Guacy Sibile Leite declarou-se impedido devido a relações pessoais com um dos réus. O magistrado Sylvio Ribeiro Souza Neto também solicitou dispensa, seguido pela juíza Ilona Marcia Bittencourt Cruz e pelo juiz Hélio Beneditini Ravagnani, ambos alegando suspeição.

Em novembro de 2022, o juiz Nelson Augusto Bernardes, da 3ª Vara Criminal

de Campinas, assumiu o processo, mas em maio de 2024, também pediu para deixar o caso, sem apresentar justificativas detalhadas. Atualmente, a condução do processo está sob responsabilidade do juiz Angel Tomas Castroviejo, da 1ª Vara Criminal de Sertãozinho (Juiz..., 2024).

2.2 Ribeirão Preto

Fundada em 1856, a cidade de Ribeirão Preto emergiu como um polo agrícola de destaque no interior paulista, inicialmente impulsionada pelo cultivo do café. A fertilidade de suas terras atraiu imigrantes europeus, que contribuíram significativamente para o desenvolvimento econômico e cultural da região. Com o declínio do ciclo cafeeiro, a cidade diversificou sua economia, investindo em setores como a agroindústria, comércio e serviços, consolidando-se como “Califórnia Brasileira” devido ao seu desenvolvimento econômico similar ao do estado norte-americano. O termo ganhou popularidade entre o fim dos anos 1980 e início dos anos 1990 após ter sido utilizado em diversas reportagens de jornal e televisão. Inclusive, um especial do Globo Repórter, que mostrou o desenvolvimento da agroindústria na região (Saiba..., 2022).

No levantamento Regiões de Influência das Cidades (REGIC), de 2018 - edição mais recente - divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ribeirão Preto foi classificada como Capital Regional “A”, sendo a única cidade não capital a alcançar essa categoria (Ribeirão..., 2020). Essa categoria indica que a cidade possui infraestrutura desenvolvida, diversificação econômica, centros de ensino e saúde de referência, além de boas conexões de transporte, atraindo pessoas para trabalho, estudo e negócios. Ribeirão Preto se enquadra nessa classificação, ao lado de cidades como Campinas (SP) e Maringá (PR).

Além disso, é a primeira região metropolitana criada fora da Macrometrópole Paulista. A Região Metropolitana de Ribeirão Preto (RMRP) foi criada em 2016 e reúne 34 municípios, organizados em quatro sub-regiões. Com uma população de 1,68 milhão de habitantes (estimativa Seade, 2021) e um PIB de R\$ 66,5 bilhões (2018), representa 3,01% da economia paulista. (Região..., 202?). Deste modo, é possível afirmar que Ribeirão Preto é uma região política e administrativa extremamente relevante para o interior paulista (Almeida, 2020).

No município de Ribeirão Preto, ocorreram 2 casos de escândalos de corrupção. Um dos casos ocorreu em 2001, com Antonio Palocci (PT), então prefeito da

cidade, que foi acusado de irregularidades em uma licitação para o fornecimento de merenda escolar, que previa a compra de latas de molho de tomate refogado com ervilhas, um produto fabricado por apenas uma empresa no país, que ficava no Rio Grande do Sul. O caso foi arquivado pelo STF em 2003. Em outra acusação, o ex-prefeito foi condenado por improbidade administrativa ao autorizar a abertura de créditos de R\$ 23,9 milhões sem disponibilidade financeira, maquiando o déficit nas contas municipais em 2002 (Almeida, 2020).

Apesar da atuação de instituições de fiscalização e controle, como o Ministério Público, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e a Polícia Federal, a continuidade das práticas de corrupção no município não foi evitada, e Ribeirão Preto se tornou palco de um grande escândalo em 2016: a Operação Sevandija.

2.3 O poder da imprensa

Rossi (1980) define o jornalismo como uma "batalha pela conquista das mentes e corações de seus alvos: leitores, telespectadores ou ouvintes. Uma batalha geralmente sutil e que usa uma arma de aparência extremamente inofensiva: a palavra". O autor reconhece que essa batalha, entretanto, é temperada por um mito - o mito da objetividade - que a maior parte da imprensa brasileira importou dos padrões norte-americanos.

Em tese, a imprensa deveria se portar com neutralidade absoluta, deixando ao leitor a tarefa de tirar suas próprias conclusões. No entanto, na prática, a objetividade é quase impossível de alcançar, principalmente devido a influências externas como interesses comerciais, políticos e econômicos (Rossi, 1980).

A definição de objetividade proposta por Genro Filho (1987) também reconhece as limitações inerentes à prática jornalística. Para o autor, a objetividade não é uma característica alcançável, mas sim um ideal regulador — uma meta que orienta o fazer jornalístico, ainda que nunca possa ser atingida por completo. Isso porque, segundo o autor, a percepção dos fatos é atravessada por filtros ideológicos, culturais e históricos que moldam a forma como os acontecimentos são compreendidos, mesmo antes de serem transformados em notícia.

Em primeiro lugar, no jornalismo moderno, em virtude da produção coletiva e industrial da informação, não é realmente um sujeito individual que fala. Trata-se, de fato, de um sujeito social que pode ser identificado no âmbito das contradições de classe e interesses de grupos [...] A personalização dos indivíduos que elaboram diretamente as informações é secundária, pois não corresponde na verdade aos sujeitos que concretamente estão se expressando pelos meios de comunicação (Genro Filho, 1987, p. 255).

Assim, para entender quem realmente está por trás das informações divulgadas, é preciso que os leitores façam uma análise crítica, compreendendo os contextos e interesses dos veículos. Esse processo não acontece automaticamente, pois depende da participação ativa do público, especialmente dos grupos mais politizados, que questionam e interpretam as informações de maneira mais profunda (Genro Filho, 1987).

Já para Sponholz (2003) a objetividade “deve ser entendida como o conjunto de normas e regras para a observação da realidade, que tem como objetivo a produção de uma semelhança estrutural entre realidade social e realidade midiática”. Isso quer dizer que a objetividade não está simplesmente em “dizer a verdade” ou “ser neutro”, mas em como o jornalismo consegue representar a realidade social (o que acontece no mundo real) dentro da realidade midiática (o que é publicado nos meios de comunicação). É uma questão de aproximação, não de espelhamento perfeito.

Desta forma, o autor aceita que a subjetividade existe, mas defende que existem técnicas jornalísticas que podem reduzir seus efeitos. Para isso, o autor discorre sobre uma questão filosófica central: até que ponto os sentidos permitem compreender a realidade e, até que ponto essa compreensão pode ser transmitida de forma confiável pelos meios de comunicação.

Tuchman (1999), por sua vez, traz uma perspectiva diferente ao sugerir que a objetividade é utilizada como um mecanismo de proteção dentro do mercado jornalístico. Para ele, trata-se de um ritual que serve para resguardar a profissão contra críticas e contestação, criando uma ilusão de imparcialidade. Ao apresentar os fatos como se “falassem por si”, a objetividade pode esconder interesses ideológicos do veículo, do jornalista e das fontes, tornando-se uma forma de legitimar escolhas editoriais. Portanto, para o autor, reconhecer a subjetividade e as influências ideológicas presentes na produção jornalística pode contribuir para um jornalismo mais transparente e sincero quanto às suas escolhas e formas de enquadramento da realidade.

Para Rossi (1980), entre o fato e a versão publicada no veículo jornalístico, há a mediação de um jornalista, ou de vários jornalistas, que carregam consigo toda uma formação cultural, todo um *background* pessoal, e eventualmente opiniões muito firmes a respeito do próprio fato que está testemunhando.

É realmente inviável exigir dos jornalistas que deixem em casa todos esses condicionamentos e se comportem, diante da notícia, como profissionais assépticos, ou como a objetiva de uma máquina fotográfica, registrando o que acontece sem imprimir, ao fazer o seu relato, as emoções e as impressões

puramente pessoais que o fato neles provocou (Rossi, 1980, p. 3).

Isso se reflete no papel-chave que a mídia desempenha na formação da opinião pública no Brasil, pois, a produção jornalística acaba moldando a percepção do público. A situação se agrava quando a mídia faz a cobertura de casos de corrupção.

A princípio se faz necessário entender que a corrupção não é um fenômeno restrito ao mundo de hoje, e que possui percurso histórico longínquo através de diversas formas de organização social. Para Almeida (2020), os atos de corrupção compõem um conjunto de práticas que ferem a noção de interesse público e transpõem diversos segmentos da sociedade em sua interação com o espaço público.

No entanto, a noção de corrupção não é algo fixo ou universal, mas sim algo que é moldado e ressignificado ao longo do tempo, dependendo do contexto social e político de cada época, e com a chegada da modernidade, a mídia assume um importante papel na construção deste discurso sobre a corrupção (Almeida, 2020).

O modo como a mídia aborda o tema possui impacto direto na percepção da corrupção e na formação da opinião pública. Embora não seja a mídia quem cria a corrupção ou os escândalos, o modo como ela constroi a narrativa dos casos desempenha papel fundamental na criação de um discurso que associa a corrupção à própria atividade política, colocando ambos no mesmo patamar (Almeida, 2020).

Como afirma Pinto (2011), a construção deste discurso por meio destes veículos em grande medida

[...] condiciona a forma como cada brasileiro se relaciona com o mundo da política. Ademais, não podemos ignorar que a mídia é a grande produtora de conteúdos para a formação da opinião que circula na sociedade. Há uma espécie de mantra no texto jornalístico, repetido pelas pessoas em geral, de que ‘todos os políticos são corruptos’, o que minimiza a análise dos casos, de suas causas, de seus efeitos, dos interesses a que obedecem e, principalmente, a possibilidade de uma discussão política sobre a questão, que ultrapasse uma indignação moralista (Pinto, 2011, p. 11).

Thompson (2001) descreve que a essência de um escândalo político reside não apenas na transgressão dos indivíduos envolvidos, ou seja, no ato de violar normas, regras ou leis de uma determinada sociedade, mas principalmente na sua revelação ao público. Assim, para que haja um escândalo é necessário que a ação ou evento se torne conhecido por terceiros ou que haja pessoas convencidas, de forma fundamentada, de que aquilo de fato ocorreu.

A revelação, por si só, é como uma luva jogada ao chão que ainda não foi apanhada; se essa luva será recolhida por alguém, se às acusações terão repercussão suficiente para desencadear um escândalo e mantê-lo vivo o tempo necessário para causar algum impacto, são questões que variam de caso a caso (Thompson, 2001, p. 41, tradução nossa)³.

A partir do momento em que a mídia expõe essas transgressões, inicia-se uma série de reações sociais, nas quais o comportamento transgressor dos indivíduos envolvidos passa a ser julgado pela sociedade. Essa reação se manifesta por meio da desaprovação pública, do repúdio aos atos cometidos e, muitas vezes, na tentativa de “punir” simbolicamente os responsáveis, com o intuito de restaurar a ordem e os valores sociais violados (Thompson, 2001).

Como regra geral, os indivíduos que iniciam atividades que transgridem alguma norma ou código geralmente tentam ocultar tais transgressões aos olhos dos não participantes, ou ao menos tentam que essas atividades não se tornem de conhecimento comum. Mas se o conhecimento da transgressão ficar restrito apenas às pessoas diretamente envolvidas nela [...] o escândalo não explodirá, porque não pode. Para que se torne um escândalo, uma ação ou um acontecimento deve ser colocado ao conhecimento de terceiros ou deve haver pessoas que tenham a firme e plausível crença de que essa ação ou esse acontecimento existem (Thompson, 2001, p. 28, tradução nossa)⁴

Assim, pode-se concluir, que a imprensa cumpre o papel fundamental de dar dimensão pública às questões políticas. Ela é responsável por moldar a percepção pública do escândalo, dando-lhe forma e profundidade. Isso significa que, ao ser veiculada, a informação ganha uma forma duradoura. A mídia não apenas comunica os fatos no momento, mas também os registra de maneira permanente, de tal forma que esses fatos são acessíveis ao público ao longo do tempo.

Isso cria uma espécie de “memória social”, na qual os acontecimentos e as transgressões associadas ao escândalo continuam a existir na forma de registros, seja em reportagens, vídeos, postagens em redes sociais ou outros meios. Esses registros funcionam como um arquivo permanente, que mantém a imagem do escândalo viva e acessível, permitindo que as pessoas revisitem a história sempre que desejarem (Thompson, 2001).

³ Do original: La revelación es un guante que aún no se ha recogido; el hecho de si ese guante habrá de ser recogido por otros, o de si sus reproches tendrán la suficiente repercusión para desencadenar un escándalo y mantenerlo vivo el tiempo suficiente para causar algún perjuicio, son cuestiones cuyas respuestas variarán según los casos (Thompson, 2001, p. 41).

⁴ Do original: Como regla general, los individuos que inician actividades que transgreden alguna norma o código suelen tratar de ocultar dichas transgresiones a los ojos de los no participantes, o al menos intentan que esas actividades no lleguen a ser de conocimiento común. Pero si el conocimiento de la transgresión queda restringido únicamente a las personas directamente implicadas en ella [...] el escándalo no estallará, porque no puede hacerlo. Para que se convierta en escándalo, una acción o un acontecimiento debe ser puesto en conocimiento de terceros o ha de haber personas que tengan la firme y plausible creencia de que esa acción o ese acontecimiento existen (Thompson, 2002, p. 28).

Para Thompson (2001) um dos aspectos mais críticos da construção midiática de um escândalo político é a forma como a imprensa frequentemente cria e veicula um discurso autorreferente. Esse tipo de discurso não é simplesmente uma exposição dos fatos, mas uma narrativa que se reforça mutuamente ao longo do tempo, formando uma representação contínua e consistente de um evento ou dos indivíduos envolvidos.

[...] outros veículos de notícias também se baseiam, pelo menos em parte, no que seus concorrentes fazem. Daí se torna frequente que as mesmas histórias (ou outras muito similares) apareçam nos diferentes jornais e programas de televisão (...) e as mesmas pessoas sejam chamadas para oferecer suas opiniões. O resultado é que o mundo das notícias nos meios de comunicação tende a se tornar, em certa medida, um mundo fechado sobre si mesmo – quase como as salas de espelhos, nas quais cada imagem e cada movimento aparece refletido de múltiplas maneiras (Thompson, 2001, p. 100, tradução nossa)⁵

Em outras palavras, a mídia não apenas relata os acontecimentos, mas constroi uma história que se auto alimenta e se replica, tornando-se uma forma de “realidade” para o público, ou seja, quando múltiplos veículos de comunicação repetem o mesmo juízo negativo sobre um evento ou figura, cria-se uma narrativa dominante que é reforçada, fazendo com que o público aceite essa versão como a única possível.

Ijuim e Oliveira (2017) apontam que a articulação entre o MP, a PF e o Judiciário, gerou questionamentos sobre o uso da imprensa como ferramenta estratégica para fortalecer determinadas teses acusatórias.

Essa dinâmica foi evidenciada em 2019, com as reportagens da série *As mensagens secretas da Lava Jato*, publicadas pelo *The Intercept Brasil*, que revelaram trocas de mensagens entre integrantes da força-tarefa, sugerindo interferências políticas e a utilização da mídia mainstream para legitimar suas ações. Esse modelo de atuação gerou impactos sobre a democracia brasileira, resultando em crises institucionais e levantando questionamentos acerca da imparcialidade das investigações (Ijuim; Oliveira, 2017).

Enquanto a operação (sevandija) estava em andamento, representantes do Ministério Público e da PF realizaram coletivas de imprensa [...] os mais experientes enxergavam o *modus operandi* similar ao da Lava Jato [...] encarceramento em massa, acuação de réus para forçá-los à delação premiada e a espetacularização midiática, angariando o apoio popular para sustentar medidas punitivistas (Pavini, 2024, p. 31).

Essa relação próxima entre a imprensa e o Judiciário levanta dúvidas sobre a

⁵ Do original: [...] otras organizaciones productoras de noticias también informan; obtienen sus referencias, al menos hasta cierto punto, de lo que sus competidores hacen. De ahí que sea frecuente que las mismas historias (u otras muy similares) aparezcan en los distintos periódicos y programas de televisión [...] y las mismas (o similares) personas sean llamadas a ofrecer su opinión. El resultado es que el mundo de las noticias de los medios tiende a convertirse en cierta medida en un mundo cerrado sobre sí mismo-casi al modo de las salas de espejos, en las que cada imagen,y cada movimiento, aparece reflejado de múltiples maneras (Thompson, 2002, p. 100).

independência jornalística e a possibilidade de "vazamentos seletivos", que poderiam direcionar a opinião pública antes mesmo de uma análise mais aprofundada dos fatos (Ijuim; Oliveira, 2017).

Para o autor Jesper Stromback (2008), o processo de midiaticização da política tem seu início na necessidade de alinhar ações e estratégias de políticos à forma como a mídia funciona, adotando práticas e técnicas usadas pelos meios de comunicação para atrair a atenção do público. Isso implica em uma maior preocupação com a imagem pública, com a forma como suas ações serão retratadas e com a busca pela visibilidade nos meios de comunicação.

Mas com o tempo, a mídia passa a colonizar o campo da política. Ou seja, os meios de comunicação não apenas refletem a política, mas também a definem, e a moldam. Essa dinâmica resulta em uma inversão de papéis, onde a política, em vez de ser o centro das decisões, passa a ser orientada pela lógica da mídia. Isso faz com que, eventualmente, a política se submeta aos critérios de noticiabilidade e de audiência definidos pela mídia, transformando-a em uma prática cada vez mais influenciada pelos interesses da comunicação de massa (Stromback, 2008).

A imprensa exploraria cada elemento das investigações, aproveitando a derrubada do sigilo judicial pela 4ª Vara Criminal de Ribeirão Preto. Vazamentos de documentos ainda sigilosos por autoridades, réus e advogados, também municiariam jornalistas. Pelos dois anos seguintes, a Sevandija renderia novos capítulos quase diariamente no noticiário ribeirão-pretano (Pavini, 2024, p. 38).

Esse tipo de cobertura intensiva tem raízes no fortalecimento do jornalismo investigativo nas décadas de 1960 e 1970, quando a busca por informações ocultas e sua revelação passaram a ser vistas como parte essencial da prática jornalística. Com o tempo, a linha entre segredos de interesse público e questões privadas foi se tornando cada vez mais difusa, tornando difícil separar o que realmente precisava ser exposto do que apenas gerava interesse midiático.

À medida que os jornalistas ganhavam mais acesso aos bastidores do poder, a cobertura política passou a misturar denúncias legítimas com aspectos pessoais dos envolvidos. Isso levou à flexibilização, e em alguns casos, se transformou em uma espécie de crônica sensacionalista, misturando aspectos ocultos da política com detalhes da vida pessoal dos poderosos (Thompson, 2001).

3 O FAZER DOCUMENTÁRIO

O documentário é uma representação do mundo em que vivemos, segundo Nichols (2001). Esse estilo de filme se difere da ficção com o intuito de expressar o que a realidade foi, é e poderá vir a ser. Com uma forte ligação com o mundo histórico, o crítico de cinema defende que “o documentário acrescenta uma nova dimensão à memória popular e à história social” (Nichols, 2001, p. 27).

Comparada com “que história vou contar?”, a pergunta “sobre o que vou falar?” dirige nossos pensamentos para a esfera pública e para o ato social de falar aos outros sobre um tópico de interesse comum. Nem todos os documentários adotam essa postura, mas ela está entre as formas mais comuns de estruturar um documentário (Nichols, 2001, p. 42).

Para ele, “a lógica que organiza um documentário sustenta um argumento, uma afirmação ou uma alegação fundamental sobre o mundo histórico, o que dá ao gênero sua particularidade” (Nichols, 2001, p. 55). Por conta disso, a continuidade, que organiza cortes para dar a impressão de tempo e espaços únicos, no documentário fica em segundo plano, já que a montagem é feita a partir da lógica de informações que se conectam para sustentar o argumento do filme, prático que o autor intitula de “montagem de evidência” (Nichols, 2001, p. 55).

Rosenthal (1996) defende que a popularidade do documentário é obtida através do mito de que é um tipo de produção de filme mais fácil, que começa a partir de uma câmera ligada e não é necessário pesquisa prévia ou a criação de um roteiro. Soares (2007) também refuta a ideia de que esse gênero exige menos preparação ao apontar que o filme é criado através de diversas escolhas subjetivas do cineasta em um processo criativo marcado por várias etapas de seleção. “Essas escolhas orientam uma série de recortes, entre concepção da ideia e a edição final do filme, que marcam a apropriação do real por uma consciência subjetiva” (Soares, 2007, p. 20).

O processo de seleção se inicia já na escolha do tema, desse pedaço de mundo a ser investigado e trabalhado na forma de um filme documentário. Continua com a definição dos personagens e das vozes que darão corpo a essa investigação. Inclui ainda a escolha de locações e cenários, definição de cenas, sequências, até chegar em uma prévia elaboração dos planos de filmagem, enquadramentos, trabalho de câmera e som, entre outros detalhes técnicos que podem contribuir para a qualidade do filme. Ao término desse percurso escrito, o cineasta terá adquirido noção mais precisa das potencialidades de seu projeto (Soares, 2007, p. 21-22).

Nichols (2001) diz que a forma de fazer documentários é modificada conforme movimentos e períodos. O primeiro é realizado a partir de um conjunto de pessoas que compartilham ideais semelhantes sobre certas formas de criar um filme e os reproduzem. Já o segundo também dá definição e ajuda a diferenciar o documentário de outros tipos de filmes, mas é através das tecnologias disponíveis na época e na forma de pensar da sociedade que essas características são criadas.

A década de 1930, por exemplo, viu grande parte da obra documental assumir a característica de jornal cinematográfico, como parte de uma sensibilidade da época da Depressão e da ênfase política renovada nas questões sociais e econômicas. Os anos 60 assistiram à introdução das câmeras portáteis leves com som direto. Os cineastas adquiriram uma mobilidade e uma receptividade que lhes permitiram acompanhar o cotidiano dos atores sociais. As opções de observar a distância comportamentos íntimos ou críticos ou de interagir de maneira mais diretamente participativa com as pessoas que representavam seus temas se tornaram, ambas, bem possíveis (Nichols, 2001, p. 61).

Apesar dos documentários não adotarem um conjunto fixo de técnicas e estilos, não apresentando um grupo único de características comuns em todos os filmes do gênero, foram criadas normas e convenções que são comumente utilizadas nos documentários como uso de comentário com voz de Deus, entrevistas, cortes para introduzir imagens que ilustrem a situação mostrada numa cena e o uso de atores sociais ou de pessoas em suas atividades e papéis cotidianos, como personagens principais do filme (Nichols, 2001).

Nichols (2001) diz que além das imagens, os documentários se apoiam muito na palavra dita tanto de um possível narrador quanto dos atores sociais. Para ele, “o discurso dá realidade a nosso sentimento de mundo. Um acontecimento recontado torna-se história resgatada” (Nichols, 2001, p. 59).

Além dos movimentos e das questões sociais, os modos de documentários dividem os filmes em subgêneros com características semelhantes. Porém, ao contrário dos movimentos, os modos persistem e tornam-se mais universais e, uma vez estabelecidos, podem se misturar para organizar o filme da maneira que o cineasta preferir. Assim, a identificação de um modo de documentário não precisa ser total na estrutura de um filme, podendo conter aspectos de outros modos em sua organização (Nichols, 2001).

Nichols (2001, p. 136) define os modos de representação como subgêneros do gênero documentário. “As características de um dado modo funcionam como dominantes num dado filme: elas dão estrutura ao todo do filme, mas não ditam ou determinam todos os aspectos de sua organização. Resta uma considerável margem de liberdade.”

Esses seis modos determinam uma estrutura de afiliação tróica, na qual os indivíduos trabalham ; estabelecem as convenções que um determinado filme pode adotar e propiciam expectativas específicas que os espectadores esperam ver satisfeitas. Cada modo compreende exemplos que podemos identificar como protótipos ou modelos: eles parecem expressar de maneira exemplar as características mais peculiares de cada modo. (Nichols, 2001, p. 135).

Quadro 1 - Modos de documentários.

MODOS	DEFINIÇÕES
Poético	Enfatiza associações visuais, qualidades tonais ou rítmicas, passagens descritivas e organização formal. Esse modo é muito próximo do cinema experimental, pessoal ou de vanguarda.
Expositivo	Enfatiza o comentário verbal e uma lógica argumentativa. Esse é o modo que a maioria das pessoas identifica com o documentário em geral.
Observativo	Enfatiza o engajamento direto no cotidiano das pessoas que representam o tema do cineasta, conforme são observadas por uma câmera discreta.
Participativo	Enfatiza a interação de cineasta e tema. A filmagem acontece em entrevistas ou outras formas de envolvimento ainda mais direto. Frequentemente, une-se à imagem de arquivo para examinar questões históricas.
Reflexivo	Chama a atenção para as hipóteses e convenções que regem o cinema documentário. Aguça nossa consciência da construção da representação da realidade feita pelo filme.
Performático	Enfatiza o aspecto subjetivo ou expressivo do próprio engajamento do cineasta com seu tema e a receptividade do público a esse engajamento. Rejeita ideias de objetividade em favor de evocações e afetos.

Fonte: Nichols, 2001, adaptado.

A partir disso, nosso documentário se baseia em sua maior parte em características presentes nos modos participativo e expositivo, já que foram utilizadas entrevistas, enfatizando uma lógica argumentativa, e imagens de arquivo para sustentar o argumento de que a Operação Sevandija foi construída a partir de processos comunicativos típicos da mediatização da política.

A identificação de um filme com um certo modo não precisa ser total. Um documentário reflexivo pode conter porções bem grandes de tomadas observativas ou participativas; um documentário expositivo pode incluir segmentos poéticos ou performáticos. As características de um dado modo funcionam como dominantes num dado filme: elas dão estrutura ao todo do filme, mas não ditam ou determinam todos os aspectos de sua organização. Resta uma considerável margem de liberdade. (Nichols, 2001, p. 136).

Nichols (2001, p. 116) aponta que “a voz do documentário relaciona-se com as maneiras pelas quais o vídeo e o filme documentário falam do mundo que nos cerca, mas

de uma perspectiva especial. Quando um documentário defende uma causa ou apresenta um argumento, ‘voz’ é como o faz”.

Um recurso para guiar o espectador pelo argumento sustentado no documentário é a voz de Deus, um narrador onipresente que possui autoridade para representar o ponto de vista do cineasta. Além dela, a voz do documentário pode ser criada por outros meios disponíveis com o objetivo de elaborar a lógica organizadora para o filme. Entre esses meios estão: quando cortar ou como montar as cenas do filme, o que sobrepor, como enquadrar ou compor um plano; gravar o som direto, no momento da filmagem, ou acrescentar um som adicional posteriormente, como voz-over, efeitos ou trilha sonora; seguir uma cronologia definida ou rearranjar os eventos com a finalidade de sustentar uma ideia; usar imagens de arquivo, feitas por terceiros ou apenas imagens feitas pelo cineasta no local; e decidir que modo de documentário se basear para organizar o filme (Nichols, 2001).

3.1 Documentário participativo

Estruturado na década de 1960, o documentário participativo tem como uma de suas características a presença do cineasta no filme através de sua interação com o tema e com os participantes. Dessa forma, o que é transmitido ao espectador depende da qualidade deste encontro, em que o cineasta controla a câmera e o participante, que não a controla. “Podemos ver e ouvir o cineasta agir e reagir imediatamente, na mesma arena histórica em que estão aqueles que representam o tema do filme” (Nichols, 2001, p. 155).

Esse estilo de filmar é o que Rouch e Morin denominaram de *cinéma vérité*, ao traduzir para o francês o título que Dziga Vertov deu a seus jornais cinematográficos da sociedade soviética: *kinopravda*. Como “cinema-verdade”, a ideia enfatiza que essa é a verdade de um encontro em vez da verdade absoluta ou não manipulada. Vemos como o cineasta e as pessoas que representam seu tema negociam um relacionamento, como interação, que formas de poder e controle entram em jogo e que níveis de revelação e relação nascem dessa forma específica de encontro (Nichols, 2001, p. 155).

Apesar disso, nem todos documentários enfatizam a participação ativa e aberta do cineasta em sua interação com os participantes. Dessa maneira, as entrevistas são outra característica deste subgênero que permite a conquista de respostas para o filme. “Os cineastas usam a entrevista para juntar relatos diferentes numa única história. A voz do cineasta emerge da tecitura das vozes participantes e do material que trazem para sustentar o que dizem” (Nichols, 2001, p. 160).

Como espectadores, temos a sensação de que testemunhamos uma forma de diálogo entre cineasta e participante que enfatiza o engajamento localizado, a interação negociada e o encontro carregado de emoção. Essas características fazem o modo participativo do cinema documentário ter um apelo muito amplo, já que percorre uma grande variedade de assuntos, dos mais pessoais aos mais históricos. Na verdade, com frequência, esse modo demonstra como os dois se entrelaçam para produzir representações do mundo histórico provenientes de perspectivas específicas, tanto contingentes quanto comprometidas (Nichols, 2001, p. 160).

Para Nichols (2001), é esperado que os documentários participativos representem o mundo histórico por alguém que esteja ativamente engajado nele. Desse modo, os cineastas reúnem diferentes relatos em uma história única e podem acrescentar imagens de arquivo para sustentar o que dizem.

3.2 Documentário expositivo

Desde a década de 1920, o documentário expositivo exerce sua influência nas maneiras de se fazer um documentário. “Esse modo agrupa fragmentos do mundo histórico numa estrutura mais retórica ou argumentativa do que estética ou poética” (Nichols, 2001, p. 142).

Uma de suas características é a presença do *voz-over*, também conhecido como voz de Deus. Dessa forma, o documentário dirige-se diretamente ao espectador, propondo uma perspectiva, expondo um argumento ou recontando uma história. Em conjunto, as imagens servem como comprovação do que é dito.

Os documentários expositivos dependem muito de lógica informativa transmitida verbalmente. Numa inversão da ênfase tradicional do cinema, as imagens desempenham papel secundário. Elas ilustram, esclarecem, evocam ou contrapõem o que é dito. O comentário é geralmente apresentado como distinto das imagens do mundo histórico que o acompanham. Ele serve para organizar nossa atenção e enfatiza alguns dos muitos significados e interpretações de um fotograma (Nichols, 2001, p. 143).

Para Nichols (2001), o modo expositivo faz uma análise sintetizada do assunto, já que as argumentações em palavras podem ser mais sucintas e precisas. Enquanto isso, as imagens são capazes de sustentar afirmações básicas de um argumento geral.

3.3 Pré-produção e construção do roteiro

Soares (2007) afirma que o roteiro e pré-produção de um produto documental se diferem de uma produção ficcional. Enquanto o roteiro de ficção é escrito integralmente

na fase de pré-produção, o roteiro de documentário é uma "escrita em aberto" que se estende por todo o processo de realização do filme.

É comum, em documentário, a análise do projeto do filme considerar apenas uma proposta de filmagem ou um argumento como peça síntese da proposta. Dentro das etapas de roteirização, a escrita de um argumento seria momento anterior à escrita do roteiro, uma apresentação menos detalhada do filme no papel. Sendo parte necessária, mas não obrigatória, na atividade do roteirista, o argumento estará, forçosamente, dentro de nosso campo de pesquisa, pois se trata de documento importante se queremos esclarecer as etapas de criação de documentários e apontar os aspectos básicos que caracterizariam a escrita do roteiro desses filmes (Soares, 2007, p. 22).

Soares (2007) explica que antes de tudo, é necessário vender o produto para patrocinador ou apoiador. E para a construção dessa proposta de roteiro, é necessário fazer uma pesquisa acerca do assunto, sendo considerada, então, a primeira etapa da pré-produção. Após a pesquisa e proposta do produto, Soares (2007) entende que - dependendo do tempo disponível para pesquisa - todos os materiais impressos e materiais de arquivo (filmes, fotos, arquivos de som) escolhidos como relevantes ao documentário devem ser revisitados e analisados pela produção. “A qualidade de um filme documentário depende em grande parte da qualidade do material de arquivo trabalhado” (Soares, 2007, p. 86).

Além do processo teórico e investigativo do tema, existem outros dois pontos de destaque para a pré-produção: as pré-entrevistas e a pesquisa de campo nas locações de filmagem (Soares, 2007).

[...] fazer um exaustivo levantamento de material de arquivo, entre fotos, filmes e arquivos sonoros, buscando garantir permissão para uso no filme; fazer pré-entrevistas com todas as pessoas que possam estar envolvidas com o tema; além de visitar os locais de filmagem para se familiarizar com o espaço físico e com as pessoas que os habitam. Muitas dessas fontes já podem ter sido levantadas e identificadas na primeira etapa de pesquisa. Cabe ao documentarista aprofundar seu conhecimento sobre o assunto se certificando da quantidade e qualidade de matéria visual e textual disponível para o filme, além da real viabilidade de todas as possíveis locações [...] (Soares, 2007, p. 85).

Quando se trata de um assunto delicado, várias reações podem ser coletadas em uma pré-entrevista. Com base em Rosenthal (1996), Soares (2007) menciona situações que variam de constrangimento acerca do tema - podendo levar a pessoa a recusar ou desistir da entrevista - a expectativa do entrevistado - causando a falsa impressão de estar participando de um filme.

Rosenthal sugere que se faça uma primeira abordagem de maneira cautelosa. Para evitar possíveis constrangimentos, a estratégia, para Rosenthal, é fazer o

registro da entrevista se valendo apenas de anotações à mão ou no máximo de um gravador de áudio, isso caso o entrevistado concorde em ser gravado. Como forma de não alimentar expectativa de participação no filme a dica é não prometer nada antecipadamente ao entrevistado e não adiantar muito do tratamento do documentário. Em sua prática de documentarista, Rosenthal prefere um cara-a-cara com o entrevistado, isto é, fazer ele mesmo a pré-entrevista para que assim possa iniciar um vínculo com seus personagens (Soares, 2007, p. 87).

Com uma relação criada, entre entrevistado e entrevistador, é possível organizar o *script* do documentário, com base em depoimentos gerados nas conversas anteriores à gravação oficial.

Simultaneamente às pesquisas, é necessário que a equipe visite as localidades desejadas. Soares (2007) identifica essa etapa como crucial, principalmente para a parte técnica, que leva em consideração as questões de fotografia e som. Além de proporcionar uma perspectiva mais ampla do local que será gravado, a equipe prepara os equipamentos adequados. Outros aspectos a serem planejados são “tamanho da equipe técnica mais adequado à cada situação, prevenção quanto a possíveis dificuldades de acesso - obstáculos naturais, resistência de comunidades locais, risco à integridade física da equipe, etc.” (Soares, 2007, p. 88).

[...] é conveniente estudar a iluminação dos locais de filmagem, a incidência de luz natural e as fontes de eletricidade caso haja a necessidade de luz artificial. As condições de som ambiente também podem criar empecilhos para a captação do som de entrevistas caso o local esteja próximo de fontes de ruído, como fábricas e aeroportos, ou seja ele mesmo barulhento [...] (Soares, 2007, p. 88).

Os processos de escrita de roteiro e pré-produção, indicados por Soares (2007), auxiliam quem busca construir uma obra documental. No entanto, cada produto tem sua personalidade. Documentário é um gênero que permite diferentes olhares e formatos de retratar uma realidade. Para Soares, “[...] existem exceções à regra no que concerne às estratégias de produção e organização do documentário, como já foi dito no início deste capítulo, tudo vai depender muito do assunto e do estilo de abordagem” (Soares, 2007, p. 85).

Com a coleta de material de arquivo, pré-entrevistas e pesquisa de campo, Soares (2007) indica o fim da etapa de pesquisas. Logo, “[...] o documentarista será capaz de reunir uma quantidade suficiente de materiais que possibilite descrever seu filme com um maior detalhamento [...]” (Soares, 2007, p. 89). Mas, ele ainda reforça que, por muitas vezes, a descoberta de novas informações se estende até o fim da montagem do projeto.

3.4 Entrevista como recurso narrativo

A entrevista é um dos gêneros mais tradicionais do jornalismo e um dos principais recursos utilizados para ilustrar, fundamentar e legitimar a narrativa jornalística. Sua função vai além da simples coleta de informações, pois ao selecionar vozes, organizar falas e destacar testemunhos, ela confere status de verdade ao discurso apresentado, o que é especialmente importante em produtos audiovisuais como telejornais e documentários (Musse; Musse, 2010).

Para Nichols (2007), a entrevista é um tipo específico de encontro social, regulado por normas institucionais, e assimétrico em termos de poder entre quem pergunta e quem responde. Em diferentes áreas do conhecimento, as entrevistas assumem nomes e funções variadas, são chamadas de “anamnese” na medicina, “sessão terapêutica” na psicanálise, e “testemunho” no direito.

No caso do documentário, a entrevista passa a desempenhar um papel narrativo fundamental, no qual, “[...] os cineastas usam a entrevista para juntar relatos diferentes numa única história [...]” (Nichols, 2007, p. 160). Desta forma, o documentário organiza os depoimentos de forma estratégica, compondo um mosaico de vozes que contribuem para a construção de uma narrativa coerente, interpretativa e, muitas vezes, afetiva.

Essa montagem não é neutra, e envolve escolhas estéticas e éticas sobre quais versões dos fatos serão enfatizadas, como os trechos serão costurados e em que ordem serão apresentados. Assim, o entrevistado no documentário é parte de uma engrenagem discursiva que colabora para a construção de sentido e de memória (Nichols, 2007).

Segundo a pesquisadora Ecléa Bosi (2003) escutar memórias exige sensibilidade e paciência, pois não se trata apenas de colher dados objetivos, mas de lidar com lembranças atravessadas pelo tempo, pelas transformações sociais e pelas experiências individuais. “Teremos que transpor, às vezes, enorme distância temporal entre o fato narrado e o acontecido, experiência sempre difícil devido às transformações ocorridas, sobretudo nas mentalidades” (Bosi, 2003, p. 61).

O tempo, entretanto, não modifica apenas os fatos lembrados, mas também a forma como eles são compreendidos, sentidos e comunicados. Entrevistar alguém sobre o passado é um exercício que envolve interpretar camadas de significados acumuladas ao longo do tempo (Bosi, 2003). Quando esse processo de escuta não é conduzido com atenção ao ritmo, à linguagem e à subjetividade do entrevistado, a entrevista corre o risco

de se transformar em uma ação extrativista, ou seja, em uma simples coleta de informações descontextualizadas.

3.5 O papel dos entrevistados

No documentário, o entrevistado ocupa uma posição ambígua, pois ele é, ao mesmo tempo, sujeito de uma fala própria e objeto da construção narrativa do diretor. Essa dualidade faz com que ele seja, na prática, transformado em personagem. Como argumenta Nichols (2007), ao contrário do jornalismo tradicional, em que o entrevistado costuma ser uma fonte entre outras, no documentário ele frequentemente se torna um dos principais pilares do enredo. Seu relato pessoal, sua aparência, seus gestos e silêncios contribuem para compor a atmosfera da obra, funcionando como elementos expressivos tão relevantes quanto a própria fala.

Essa transformação do entrevistado em personagem passa, inevitavelmente, pelas escolhas estéticas e narrativas do documentarista. Quem será entrevistado? Onde será feita a entrevista? Que perguntas serão feitas? O que será incluído ou suprimido na edição? Todas essas decisões moldam a maneira como o entrevistado será percebido pelo espectador. Como lembra Ecléa Bosi (2003), o tempo da memória não é o tempo da cronologia. A lembrança resgata fragmentos do passado, mas os reorganiza conforme as emoções e os sentidos atuais do narrador. Ao incluir essa memória no filme, o documentarista faz uma nova reorganização, agora com fins narrativos, atribuindo significado ao que é dito e ao que é mostrado.

Essa construção também é destacada por Soares (2007) ao analisar o cinema de Eduardo Coutinho. Em seus filmes, a entrevista não é apenas uma ferramenta para obter informação, mas um espaço de criação compartilhada entre o documentarista e o entrevistado. O personagem que emerge da tela não é apenas o indivíduo real que sentou diante da câmera, mas a figura construída a partir da interação entre quem pergunta e quem responde, entre quem filma e quem é filmado.

Tudo o que da personagem revela vem de sua ação diante da câmera, da conversa com o cineasta e do confronto com o olhar e a escuta do aparato cinematográfico [...] Não interessa a verdade do que se diz mas a expressão do momento, aquilo que só ocorre ali, em situação de filmagem (Soares, 2007, p. 101).

Como reforça Lage (2003), todo texto jornalístico (e, por extensão, todo

documentário com linguagem jornalística) depende de escolhas estruturais que atribuem um determinado sentido à informação. A presença do entrevistado não é neutra, ela tem uma função narrativa e simbólica, pois ajuda o espectador a se conectar com o tema abordado de forma mais humana e afetiva. É esse vínculo emocional que transforma a fala do entrevistado em uma experiência compartilhável.

Para compreender essas nuances, Nilson Lage (2003) propõe uma classificação das fontes que se mostra útil ao analisar o tipo de fala mobilizada nas entrevistas. Segundo o autor, as fontes podem ser divididas em três grandes grupos: oficiais, oficiosas e independentes; primárias e secundárias; e *experts* e testemunhas.

As fontes oficiais estão vinculadas a instituições consolidadas, como órgãos do Estado ou empresas. Já as fontes oficiosas têm ligação reconhecida com alguma entidade, embora não a representem formalmente. As fontes independentes, por sua vez, não mantêm vínculo direto com estruturas institucionais.

Quanto ao papel na apuração, Lage (2003) distingue as fontes primárias como aquelas que fornecem os dados centrais para a reportagem, e as secundárias sendo usadas principalmente para embasamento inicial e definição de pauta.

No que diz respeito ao tipo de saber que oferecem, as fontes podem ser classificadas como *experts* - interpretam os fatos a partir de conhecimento técnico ou científico - ou testemunhas, que compartilham vivências pessoais. É essa última categoria que mais se aproxima do campo documental, uma vez que, segundo Lage (2003, p. 66), a testemunha “[...] normalmente [tem sua fala] colorida pela emotividade e modificada pela perspectiva [...]”. Isso significa que a entrevista com testemunhas carrega a marca da experiência subjetiva, do olhar particular de quem narra os acontecimentos vividos ou presenciados.

3.6 Técnicas de entrevistas documentais

A entrevista documental é um recurso dramatúrgico, simbólico e estético que articula a narrativa a partir das falas de pessoas reais. A construção dessa narrativa depende, em grande parte, da relação estabelecida entre entrevistador e entrevistado. Essa relação demanda escuta ativa, preparação prévia e sensibilidade diante das subjetividades envolvidas. Como enfatiza Ecléa Bosi (2003, p. 60), “a entrevista ideal é aquela que permite a formação de laços de amizade”, na qual, a qualidade do vínculo interpessoal estabelecido é determinante para a profundidade do relato.

Christina Musse e Mariana Musse (2010) também destacam a importância da

escuta atenta e do contexto da relação estabelecida na entrevista documental. Para as autoras, a familiaridade entre os envolvidos, quando presente, favorece a fluidez do depoimento, e o conhecimento prévio do entrevistador sobre o universo do entrevistado contribui para a criação de um ambiente propício ao relato. Esse preparo envolve tanto aspectos técnicos quanto éticos, passando pela escolha dos locais de gravação, pelo manejo do tempo e pelo respeito aos silêncios.

No entanto, essa intimidade não deve ser confundida com informalidade desestruturada, pois uma preparação prévia é imprescindível para uma boa entrevista, sendo necessário formular perguntas com base em uma pré apuração e conduzir a conversa com escuta ativa, clareza e senso crítico (Lage, 2003).

A escuta, segundo o autor, não se limita ao conteúdo das palavras ditas, mas também às hesitações, pausas e expressões faciais, isto é, sinais que podem revelar desconforto ou indicar aspectos a serem aprofundados. Ele recomenda atenção especial aos momentos em que o entrevistado se desvia do tema ou se esquia de responder.

A melhor estratégia, quando isso acontece, é apresentar uma nova pergunta, mudando o assunto, para retornar posteriormente ao ponto problemático. Não se deve questionar mais do que o necessário, nem insistir em linhas de questionamento que se constatarem improdutivas (Lage, 2003, p. 35).

Outro aspecto relevante mencionado por Lage (2003) é o reconhecimento de diferentes estilos de fala. Inspirado em Pask (1975), o autor observa que alguns entrevistados se expressam de maneira holística, partindo de ideias gerais até alcançar os detalhes, enquanto outros preferem uma abordagem mais linear. O entrevistador deve ser capaz de identificar e equilibrar essas tendências para garantir coesão no relato e favorecer a compreensão do público. Com isso, as técnicas de entrevista se tornam também ferramentas de mediação interpretativa.

4 O PRODUTO

O relatório e o documentário fizeram uso exclusivo de reportagens dos veículos vinculados ao Grupo EP. Essa escolha foi baseada na influência dos jornais da EPTV, portal do G1 e jornal A Cidade em Ribeirão Preto e região e na disponibilidade de arquivos, que permitiram uma exploração ampla da prática jornalística aplicada pelas equipes. Após pesquisa documental desse material disponível, foram definidas as quatro fontes ouvidas no produto audiovisual, com base nos profissionais que mais atuaram na operação. Além disso, também foram entrevistados o advogado Daniel Pacheco - especialista em direito criminal - Para explicar a esfera jurídica da operação, esclarecendo as frentes de investigação e qual o papel dos investigados e o especialista Paulo Apolinário - jornalista e mestre em psicologia com ênfase em processos culturais e de subjetivação - para analisar questões da comunicação sob um ponto de vista acadêmico .

Uma das fontes, foi o jornalista Cristiano Pavini, que era repórter do jornal A Cidade na época da Operação. Ele ficou responsável pela cobertura da Operação Sevandija pelos próximos dois anos, após a deflagração. Considerado um dos maiores casos de sua carreira, o jornalista escreveu um livro reportagem sobre o caso, compartilhando bastidores da cobertura.

Outra fonte, foi a jornalista Camila Ribeiro - produtora da EPTV na época. Especialista em jornalismo investigativo, Ribeiro fez parte da equipe responsável por furos de reportagem da emissora de televisão. Trabalhando na redação, ela produziu as principais pautas acerca da operação. Ao lado dela, estava o repórter - também fonte no projeto audiovisual - João Carlos Borda, que assinou as reportagens a nível nacional sobre a Sevandija. E, como parte da equipe da EPTV, estava o então apresentador, Danilo Schocci, que foi entrevistado no documentário.

Após o contato com as fontes, foi firmado uma parceria com o acervo do Grupo EP para negociar o uso de algumas imagens captadas pelas equipes de reportagem da EPTV, em nosso documentário. O contato e a seleção de imagens foram feitos em conjunto com o Acervo EP e acordadas por meio de contrato - disponível na seção Anexos deste relatório. Além do uso de reportagens em vídeo, o documentário fez uso de matérias publicadas pelo jornal A Cidade e G1. Tais imagens foram coletadas tanto no site do portal G1, quanto cedidas pelo jornalista Cristiano Pavini, que disponibilizou algumas reportagens de sua autoria acerca do assunto.

4.1 Captação e edição

Considerando o tema denso e o alto volume de conteúdo, todas as entrevistas foram feitas em áreas públicas da cidade de Ribeirão Preto para criar contraste e leveza ao longo do produto final. Na captação de imagens, foram utilizadas duas câmeras, uma em plano médio com foco central no entrevistado e outra com enquadramento de perfil. Ambos ângulos permitiram trazer dinamicidade para o documentário. O áudio foi gravado através de uma lapela e uma luz de led foi utilizada para iluminar melhor os entrevistados e destacá-los nas filmagens.

Para criar uma narrativa envolvente para o público e sair do convencional, durante a edição, a história começa com trechos de reportagens jornalísticas da época e falas de impacto dos entrevistados. Dessa forma, o espectador é contextualizado superficialmente sobre o tema do documentário e é criada uma tensão para entender melhor o que foi a Sevandija e como ela foi retratada pela mídia.

A partir dessa introdução, o bloco que narra os acontecimentos do primeiro dia tem início. O bloco a seguir trata sobre histórias que ilustram o que é o jornalismo investigativo e como ele foi utilizado para checar ou adquirir informações sobre a Operação Sevandija. Em seguida, abre-se o terceiro bloco, em que o conceito de escândalo político midiático é introduzido e explicado. O quarto bloco aborda o conceito de símbolo midiático enquanto faz paralelos com as três frentes de investigação do caso. Já o quinto bloco, começa com a narração do jornalista Borda sobre sua quase entrevista com Marcelo Plastino, empresário investigado que cometeu suicídio durante a operação, e termina com algumas reflexões dos entrevistados acerca da cobertura jornalística que foi feita na época sobre a Sevandija e suas repercussões. Por fim, o documentário traz atualizações das situações atuais de alguns investigados e como o caso está tramitando na Justiça.

O documentário utiliza algumas características dos modos expositivo e participativo para criar uma narrativa envolvente e coesa, sem perder o viés jornalístico. Para isso, as entrevistas são usadas para criar uma lógica argumentativa e as imagens de arquivo, cedidas pelo Grupo EP, são colocadas entre as falas dos entrevistados para ilustrá-las, situar o espectador sobre o que houve na época, além de criar dinâmica na narrativa. Além disso, as imagens de arquivo receberam tratamento de cor, em que perderam saturação e ganharam um aspecto mais antigo. Esse contraste foi feito para identificar quais imagens foram concedidas pelo Grupo EP e quais foram filmadas para o documentário.

A trilha sonora funciona para dividir os blocos temáticos da história e criar ou aliviar a tensão, a depender do tema abordado.

4.2 Roteiro

[TRECHOS DE REPORTAGENS - EPTV]

Pavini: 200 milhões de reais à época em contratos considerados fraudulentos

[TRILHCOM ENTREVISTADOS SENTANDO NO BANCO]

Pavini: A Operação Sevandija é uma das maiores operações de combate à corrupção já realizadas no país.

[TRECHOS DE REPORTAGENS - EPTV]

Camila: É um marco na história de Ribeirão, assim, se a gente, qualquer pessoa que você perguntar na rua, ninguém nunca vai esquecer.

Borda: 10 anos depois, ainda meu nome está conectado na Sevandija.

[TRECHO DE REPORTAGEM - EPTV]

Pavini: É uma cidade que ficou duas semanas sem prefeito.

Pacheco: Até o momento, nós não temos essa condenação definitiva. Então, tecnicamente, eles são inocentes.

Paulo: Quantos juízes já abandonaram o processo? A gente tem as escutas telefônicas. Ora, vale, ora, não vale.

Pavini: Chega uma etapa em que você já tem uma visão geral daquilo e aí a função do jornalista é aprofundar.

Camila: A gente trazia, inclusive, pessoas que não tinham relação com a operação em si para traduzir aquilo de uma forma mais direta.

Danilo: Porque nós temos a responsabilidade de trazer para a luz da sociedade

aquilo que está acontecendo.

Pacheco: Então, se houve crime, queremos que aconteça a condenação e se não houve crime, que também queremos entender.

Pavini: Essa cobertura no início foi quase como montar um quebra-cabeça. E aí você vem aqui destrinchando. Qual é o peso de cada um daqueles personagens nos fatos.

[ARTE DO TÍTULO - SEVANDIJA: JORNALISMO E O ESCÂNDALO POLÍTICO NO INTERIOR PAULISTA]

Pavini: Quando acordo no dia primeiro de setembro de 2016, verifico o celular e centenas de mensagens de jornalistas, de fontes, de atores políticos comentando sobre a hecatombe que tinha acontecido naquele dia.

Camila: E essa fonte me ligou e falou assim para mim: "Acorda, acorda". E aí ele falou para mim assim: "Olha o seu e-mail".

Borda: Estava sendo realizada uma grande operação aqui em Ribeirão Preto e tinha policiais federais em vários pontos da cidade, na Câmara, em empresas.

Danilo: E a hora que eu chego na emissora, tava uma explosão para todo lado, porque ninguém sabia exatamente o que era.

Borda: E aí eu fui para a sede da Polícia Federal, todo mundo que chegasse naquele momento, era alvo para a gente gravar e já ir perguntando para tentar descobrir o que estava acontecendo.

[TRECHO DE REPORTAGEM - EPTV]

Danilo: Não ia ter o jornal à noite aquele dia. E na história da EPTV, raramente acontecia isso. E naquela ocasião, eu me recordo que era a estreia do Tite na seleção brasileira. Eu lembro que nós colocamos o jornal de 5 minutos no ar, porque é o que tinha na grade, com uma reportagem só.

[TRECHO DE REPORTAGEM - EPTV]

Danilo: Porque na verdade era muita coisa ao mesmo tempo e nós tínhamos apenas 5 minutos para colocar aquilo no ar.

[TRECHO DE REPORTAGEM - EPTV]

Pavini: E naquele dia eu não tava designado para essa cobertura. Eu fui designado para fazer entrevistas, uma sabatina na verdade de um data prefeito. Por volta das 4 horas da tarde, eu finalizo, decupo e aí eu quero entrar na na cobertura também. E eu tinha uma suspeita de que a prefeita, então Dárcy Vera, ela também era um alvo de peso naquela operação.

[TRECHO DE REPORTAGEM - EPTV]

Pavini: Faço um monte de ligação para advogado, para fonte. Depois de tudo isso, eu ligo para advogada da prefeita e blefo com ela. Falo: "Doutora, olha, eu verifiquei aqui que há um mandado de prisão preventiva contra a prefeita. O que você tem a declarar sobre isso?" Ela me responde: "Olha, Pavini, foi um absurdo isso, mas não foi um mandado de prisão preventiva, foi de temporária." Eu tinha a confirmação de que a prefeita não era só, enfim, uma coadjuvante naquele dia.

Camila: Polícia Federal me ligou de novo às 6h da manhã. Pra avisar que o juiz levantou o sigilo do processo.

Borda: Eu recebo uma mensagem no meu celular de uma pessoa que eu não conhecia, dizendo assim: "Borda, você quer ganhar um presente? Então, vamos fazer o seguinte, vai num posto de combustíveis e daqui meia hora a gente vai te dar um presente".

Camila: E aí na sexta eu passei o dia inteiro falando, tentando, vai daqui, vai de lá, esperando uma uma das minhas fontes dizer: "Olha, vem buscar".

Borda: Parecia coisa de filme. Essa pessoa falou assim para mim: "Não saia do carro, espera no seu carro". Encostou um carro no lado, baixei o vidro e me entregou um

pacote. Abri aquele pacote, todo o processo da Sevandija. Corri para redação, 10 páginas para uma, 20 páginas para outro. Marquem tudo que vocês acham que é relevante.

Camila: Umas 5 da tarde, jornal para as 7:00. É que eu espetei o pendrive, eu vi que tinha, sei lá, dois meses de grampo telefônico. Escutei um pedacinho de um áudio envolvia um dos vereadores na época e era um áudio que chamaria a atenção do telespectador.

[TRECHO DE REPORTAGEM - EPTV]

Camila: Todo dia tinha centenas de páginas e todo dia a gente estava lá. [TRECHO DE REPORTAGEM - EPTV]

Pacheco: Uma situação de honorários que não deveriam ter sido, no primeiro momento, recebidos, né, pela advogada. E aí eles foram recebidos e foram repassados para outras pessoas, o que pode ser algo bastante irregular, se comprovado, isso realmente foi isso que aconteceu.

[TRECHO DE REPORTAGEM - EPTV]

Danilo: Os jornais eram muito carregados com essas informações. E ali acho que nós cometemos um pecado também de não pensar no público, se o público estava gostando ou não. Nós pensamos muito mais no nosso papel de informação, de levar à tona tudo o que estava acontecendo, sem se preocupar muito se as pessoas estavam cansadas ou não daquilo. Não sei se nós erramos, eu acho que nós pecamos um pouco, mas é aquela história e nós vamos deixar de falar.

Paulo: Quando a gente pensa em escândalo político midiático, em alguns casos muito particulares, é, como aconteceu aqui em Ribeirão Preto na Sevandija, também essa proximidade com o agente público gera uma curiosidade do público em saber como era a vida daquela pessoa, o que que ela fez com o dinheiro, se teve algum tipo de dinheiro desviado. O jornalista, ele vai publicar aquilo que é interesse público. Se teve desvio de verba, se teve desvio de verba das escolas, que aconteceu. Só que com o interesse do público sobre aquele assunto, você acaba indo para meandros muito particulares da vida da pessoa. Isso dá audiência.

Borda: Jornalismo, ele é pautado por aquilo que as pessoas querem ver. Essa correspondência do que você coloca e as pessoas consomem, é o que vai alimentar a cobertura dos jornais. Uma coisa é eu falar que o fulano roubou, hipoteticamente, 100 milhões e outra coisa é falar que ele torrou 100 milhões tirando férias no Caribe. Então o noticiário virou um seriado. Você quer ter um gancho para o próximo episódio, você tem que ter um herói, você tem que ter o vilão, é narrativa, é storytelling. Contar uma história é muito melhor do que eu relatar um fato, melhor no sentido de audiência. Então a gente acaba construindo esse circo, muitas vezes sem perceber.

Pavini: Você tem veículos e profissionais que se exacerbam e que esquecem o papel dele de trazer interesse público e não saciar o interesse do público.

[TRECHO DE REPORTAGEM - EPTV]

Pavini: Nessas horas, a população que está padecendo em postos de saúde, que não tem um serviço público de qualidade nos ônibus, enfim, ela se sente vingada quando vê a imagem de gestores sendo levados em camburão e tudo mais. Mas a gente não pode, enquanto profissional, alimentar uma um sentimento de vingança ou um sentimento de linchamento moral.

Danilo: A gente quando fala em política, nós sempre pensamos em bandidagem. Político é ladrão, político não presta, político não faz nada. Então, quando a gente noticia isso, concretiza aquele sentimento, a opinião pública que já era induzida para isso, ela de fato, ela confirma aquilo que ela sempre pensou, né?

Pavini: Polícia Federal, ela abre o cofre do Marcelo Plastino.

[TRECHO DE REPORTAGEM - EPTV]

Pavini: Tinham cinco notas de R\$ 2 e no verso de cada nota anotações, rabiscos com siglas associadas a valores. A Polícia Federal faz um relatório e associa essas siglas a agentes públicos. Entre eles, o então candidato líder nas pesquisas e atual prefeito Ricardo Silva. A gente define que só vamos publicar se a gente tiver uma segurança. E tudo tinha uma relação, inclusive com Ricardo Silva. A gente fala: "Olha, temos um um um

material bem robusto, vamos publicar. O que a gente tem aqui é algo que vai impactar, as eleições vão impactar a cidade".

Paulo: O símbolo ele comunica por si só, né? Ele traz sentidos por si só. É por isso que alguns escândalos de corrupção são tão difíceis de serem assimilados pelo público, porque é uma questão jurídica, técnica, é muito difícil. Então, e o impacto da nota, o impacto do cafezinho, na época falava muito do cafezinho.

[TRECHO DE REPORTAGEM - EPTV]

Pacheco: Operação Sevandija, ela trata basicamente de um mau uso, um desvio do dinheiro público, né? É, para outras finalidades que não sejam adequadas, né? Então, no caso específico da Coderp, a gente tá falando, é, de questões de licitações que possivelmente foram fraudadas, né? Ou seja, a licitação em regra, ela tem a ideia de conseguir o melhor preço, né? Para que o poder público tenha o melhor serviço pelo menor preço possível. Teria havido uma combinação que fez com que esse preço fosse de certa forma inflacionado e o esse dinheiro a mais fosse desviado, né, para pessoas particulares. Não deveriam receber esse valor, né, e sim apenas o prestador de serviço. O Daerp também, né, foi a mesma situação. É, pelas investigações o que poderia ter ocorrido aqui, seria justamente isso, né, você ter aí várias frentes, né, várias formas de desvio de dinheiro público, né, para o bolso de pessoas particulares que não deveriam receber essa quantia.

Borda: Quando os envolvidos na Sevandija foram soltos e começaram a prestar depoimento lá no fórum, nós jornalistas montamos aquela estrutura toda. Todos os veículos na frente esperando a hora que essas pessoas chegassem para perguntar a nós. E aí numa dessas situações veio o Marcelo Palestino.

[TRECHO DE REPORTAGEM - EPTV]

Borda: Em um segundo o advogado dele me procura. 'Borda, o seguinte, o plastino quer falar com você.' O plastino me recebe educadamente e diz para mim assim: "Você sabe, nesses 70 metros que nós percorremos, quantas perguntas você me fez?" Não lembro. Pois eu digo para você, você me fez 16 perguntas. Você não repetiu nenhuma delas. Eu tenho a seguinte informação para você. Eu vou te dar uma entrevista exclusiva. Eu não fui

uma agente de corrupção, eu vou contar toda a verdade para você. Muito bem, quando vai ser a entrevista? Não, na semana que vem. E aquela entrevista nunca aconteceu.

[TRECHO DE REPORTAGEM - EPTV]

[ARTE COM TRANSIÇÃO TEMPORAL]

[TRECHOS DE REPORTAGENS - EPTV]

Camila: A gente estava numa época em que a Lava Jato era um grande assunto em mídia nacional. A gente tinha um escândalo de corrupção no país e a gente tinha uma lava-jato em Ribeirão, né? Que chamava Sevandija.

Paulo: Muita gente meio que fez essa associação. Agora nós temos a nossa lava-jato, a gente tem o nosso impeachment aqui. Isso brilhou os olhos de muita gente, de muito jornalista. Então, é, transferiu essa atenção do Nacional em toda essa corrente que vem desde 2013 anticorrupção pro noticiário local.

Pacheco: Não são exatamente idênticas, né? Mas são situações análogas. A gente corre o risco, sim, de termos aqui na Sevandija um desfecho muito parecido com o que tivemos na Lava Jato. Houve uma anulação. É, e essa anulação provoca, né? Uma volta do processo pro começo.

Borda: Quando você faz uma veiculação, você cria na cabeça das pessoas que aquilo já está transitado e julgado. As pessoas não têm essa relação do que é uma denúncia, do que é um indício para uma conclusão.

Danilo: Os políticos em geral têm muito medo de imprensa, porque quando a imprensa aparece é porque tem alguma coisa jogada debaixo do tapete. Eu acho que esse medo foi criado também pela Operação Sevandija.

Borda: Hoje, quando eu olho para o meu passado pela Sevandija, com o que eu faço hoje, eu sou muito mais maduro. Talvez se eu hoje fosse fazer a Sevandija, continuaria com essa personalidade, de querer, de buscar, de sair na frente. Mas, seria mais pé no chão.

Paulo: Tem essa frase famosa, né, que o jornalismo ele publica aquilo que as pessoas que os poderosos não querem que seja público, né? Nosso papel é incomodar, incomodar no sentido não de ser antiético, mas de revelar, de dar luz aquilo que o povo não conhece.

[ARTES DE CONTEXTO E CRÉDITOS FINAIS]

5 CONCLUSÃO

A pesquisa sobre a cobertura da imprensa local sobre a Operação Sevandija, com recorte dos primeiros três meses, enfoque nos veículos do Grupo EP, e a produção do documentário *Sevandija: Jornalismo e o Escândalo Político no Interior Paulista*, revelou o impacto direto do jornalismo na percepção pública de casos políticos, produzindo o que Thompson (2001) chama de escândalo político-midiático.

Ao longo desse processo, foi possível notar como a imprensa, ao noticiar escândalos de corrupção, se aproxima da linha tênue entre o interesse público e a espetacularização dos fatos. Essa dinâmica não decorre, necessariamente, de uma escolha deliberada de transformar o caso em espetáculo, mas do próprio funcionamento do jornalismo, marcado pela urgência das notícias, pela pressão do público - que espera respostas imediatas - e pela competição por relevância e furos jornalísticos. Como já alertava a teoria do Newsmaking, o tempo reduzido para checagem e apuração, e o ritmo acelerado das redações fazem com que, muitas vezes, esses dados sejam publicados sem o devido aprofundamento, o que contribui para a formação de narrativas superficiais.

Também ficou evidente que o jornalista, diante de acontecimentos de forte interesse público, tem o dever de informar — mesmo quando se trata de suspeitas ou indícios ainda em apuração — sobretudo quando essas informações partem de fontes oficiais, como o Ministério Público, uma vez que a sociedade tem o direito de ser informada sobre o que acontece, especialmente em casos políticos que envolvem o uso de recursos públicos e candidatos que deveriam atuar em benefício da população.

Assim, o que se observa não é uma intenção consciente de espetacularizar, mas o reflexo de uma estrutura midiática em que a necessidade de noticiar o fato se sobrepõe à possibilidade de aprofundá-lo. Nesse contexto, a responsabilidade do jornalista não se resume apenas ao ato de informar, mas também envolve o compromisso de equilibrar esse dever com a cautela de não antecipar julgamentos e contextualizar os fatos de acordo com sua profundidade. Casos como a Sevandija evidenciam como o jornalismo pode interferir na imagem dos envolvidos, na condução social e política dos acontecimentos e na forma como o público compreende os fatos narrados.

O caso de Ricardo Silva exemplifica bem esse processo. O atual prefeito chegou a disputar as eleições de 2016 e, embora liderasse as pesquisas, teve a candidatura afetada quando seu nome foi associado à Operação. A exposição impactou sua imagem pública e influenciou a percepção dos eleitores, levando-o a perder às eleições, mesmo sem uma condenação da justiça.

Nas eleições municipais de 2024 em Ribeirão Preto, cinco ex-vereadores investigados e condenados na Operação Sevandija tentaram voltar à Câmara, mas nenhum deles foi eleito. Cícero Gomes da Silva (MDB) recebeu 1.421 votos; Walter Gomes (PMB), 1.068; Bebé (PSD), 815; Capela Novas (PMB), 506; e Giló (Agir), 469. O resultado das urnas reforça que o histórico de envolvimento na operação continuam influenciando a percepção do eleitorado e limitando a recuperação política desses nomes.

Nessa perspectiva, a análise da cobertura serviu como um exercício de autocrítica e amadurecimento profissional, revelando o papel do jornalismo tanto como mediador entre os fatos e o público quanto como agente ativo na formação da realidade.

Esse estudo também mostrou uma diferença significativa na forma como a ex-prefeita Dárcy Vera foi tratada pelo público em relação aos demais envolvidos na Sevandija. Ao revisitar o passado através de reportagens e comentários de redes sociais, tornou-se evidente que a maior parte das manifestações ofensivas e preconceituosas tinham como alvo direto a então prefeita, frequentemente explorando elementos ligados ao fato de ela ser mulher — um tipo de ataque que não recaiu com a mesma intensidade sobre os vereadores investigados. Além disso, a ex-prefeita permanece, até hoje, como a única do grupo impedida de ocupar cargos públicos. Esse contraste revela não apenas a seletividade da indignação pública, mas também como marcadores de gênero influenciam a forma como figuras políticas são cobradas e expostas.

Escolher a Operação Sevandija como objeto foi também uma forma de voltar o olhar para o jornalismo local, que exerce papel central na formação da opinião pública regional. Concluo que, mesmo em contextos locais, as dinâmicas midiáticas seguem padrões semelhantes aos da grande imprensa, como a busca por impacto, a velocidade da informação e a disputa por visibilidade.

Durante todo esse processo, a formação universitária teve papel fundamental. As discussões em sala, as leituras teóricas e as experiências práticas oferecidas pela faculdade sustentaram este trabalho, tanto na pesquisa, quanto na construção do documentário.

As disciplinas de Telejornalismo e Documentário, ministradas pela prof. dra. Belisa Figueiró, forneceram a base teórica que contribuiu para a compreensão dos elementos técnicos empregados neste trabalho. Naquele momento, a ideia da Operação Sevandija não estava definida como tema, mas já existia o desejo de produzir um documentário como produto final do TCC. O contato com a linguagem televisiva despertou o interesse por contar histórias que unisse o rigor jornalístico à artisticidade do audiovisual.

Foi também nessas aulas que tivemos contato com o documentário *Escola Base*, dirigido e produzido pelo jornalista Caco Barcellos. Esse longa-metragem foi apresentado como referência para compreender como o jornalismo pode interferir, e até distorcer, a percepção pública, pois apresenta um erro coletivo da imprensa, e questiona suas práticas e consequências.

A escolha do tema nasceu de um diálogo com o professor Jeff Barcellos, da disciplina de Fotojornalismo, que sugeriu explorar a Operação Sevandija pela sua relevância política e pela figura pública de Dárcy Vera, prefeita de Ribeirão Preto à época dos acontecimentos.

O envolvimento do orientador, prof. Lucas Zanetti, também foi decisivo para o produto final. Sua condução nos tirou da zona de conforto, principalmente ao introduzir teorias de jornalismo mais complexas — como a de John B. Thompson (2001) sobre o escândalo político midiático —, que exigiram uma leitura mais densa e uma interpretação crítica dos conceitos aplicados à realidade analisada. O aporte teórico foi determinante e conferiu densidade à pesquisa, integrando os aspectos práticos do jornalismo às discussões conceituais e éticas que o sustentam.

O tema é relevante por resgatar um episódio que marca a história de Ribeirão Preto, e por possibilitar uma reflexão sobre como o jornalismo atua e se transforma diante das pressões do tempo, da audiência e das relações de poder. O trabalho procurou compreender como a mídia molda a percepção pública.

Em síntese, este trabalho reafirma a importância de um jornalismo comprometido com o contexto, a ética e a reflexão. A Operação Sevandija serviu como ponto de partida para discutir a própria natureza do fazer jornalístico, principalmente em coberturas de escândalos políticos e entender o poder da mediatização de factuais na percepção da opinião pública, sobretudo, seu poder de influenciar o modo como a sociedade compreende a verdade.

Concluo que informar é, antes de tudo, um ato de escolha, uma decisão que carrega a visão e a responsabilidade de quem escreve. Cabe ao jornalista buscar o equilíbrio entre a urgência da notícia e o compromisso com o aprofundamento dos fatos, informando de forma crítica, mas com propósito, sem transformar a informação em espetáculo. O jornalismo se sustenta na humanidade, nas dúvidas, nas contradições e na coragem de contar histórias que, de algum modo, também nos transformam.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Tailon Rodrigues. **Corrupção no âmbito municipal: o caso Sevandija em Ribeirão Preto**. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/20.500.14289/12892>. Acesso em: 13 mar. 2025.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=fml11kv9qVIC&printsec=frontcover#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 04 maio 2025.

BOTELHO, Gabriela. **O que foi o Plano Collor?** Veja Resumo. 23 out. 2024. Disponível em: <https://querobolsa.com.br/enem/historia-brasil/plano-collor>. Acesso em: 27 mar. 2025.

CAMPOS, Tiago Soares. **Operação Lava Jato**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/operacao-lava-jato.htm>. Acesso em 01 abr. 2025.

CAMPOS, Tiago Soares. **Plano Collor**. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/plano-collor.htm#:~:text=O%20confisco%20das%20poupan%C3%A7as%2C%20parte,desemprego%20e%20perda%20de%20confian%C3%A7a>. Acesso em: 03 abr. 2025.

DÁRCY chefiou corrupção na Prefeitura de Ribeirão, diz procurador de Justiça. 5 dez. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2016/12/darcy-chefiou-corrupcao-na-prefeitura-de-ribeirao-diz-procurador-de-justica.html>. Acesso em: 20 fev. 2025.

FALTA de fundamentação leva Sexta Turma a anular interceptações telefônicas da Operação Sevandija. 21 set. 2022. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2022/21092022-Falta-de-fundamentacao-leva-Sexta-Turma-a-anular-interceptacoes-telefonicas-da-Operacao-Sevandija.aspx#:~:text=Intercepta%C3%A7%C3%A3o%20e%20suas%20prorroga%C3%A7%C3%B5es%20n%C3%A3o,e%20explicitar%20que%20os%20ratifica>. Acesso em: 26 mar. 2025.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. 1987. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1987. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/75390>. Acesso em: 01 abr. 2025.

HELAL FILHO, William. Como Plano Collor confiscou dinheiro da classe média e afundou economia?. 16 mar. 2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/blog-do-acervo/post/2025/03/como-plano-collor-confiscou-dinheiro-da-classe-media-e-afundou-economia.ghtml>. Acesso em: 27 mar. 2025.

IJUIM, Jorge Kanehide, OLIVEIRA, Cândida de. Jornalismo, consenso e corrupção: a imprensa brasileira na via da judicialização da política. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Santa Catarina, v. 17, p. 1-12, 18 de dez. de 2020. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/72249>. Acesso em: 13 mar. 2025.

JORNALISTA lança livro que conta história da Operação Sevandija em Ribeirão Preto, SP. 12 fev. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2025/02/12/jornalista-lanca-livro-que-counta-historia-da-operacao-sevandija-em-ribeirao-preto-sp.ghhtml>. Acesso em: 03 abr. 2025.

JUIZ que investiga Sevandija pede para deixar caso após quase dois anos à frente do processo. 3 maio 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2024/05/03/juiz-que-investiga-sevandija-pede-para-deixar-caso-apos-quase-dois-anos-a-frente-do-processo.ghhtml>. Acesso em: 13 mar. 2025.

JUSTIÇA suspende 9 vereadores de Ribeirão Preto na Operação Sevandija. 01 set. 2016. Disponível em: <https://jovempan.com.br/noticias/brasil/justica-suspende-9-vereadores-de-ribeirao-preto-na-operacao-sevandija.html>. Acesso em: 13 mar. 2025.

JUSTIÇA suspende pagamentos de acordo alvo da Operação Sevandija. 17 fev. 2017. Disponível em:

<https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2017/02/justica-suspende-pagamentos-de-acordo-alvo-da-operacao-sevandija.html>. Acesso em: 13 mar. 2025.

MARTINO, Luís Mauro Sá; MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. **Ética, mídia e comunicação**: relações sociais em um mundo conectado. São Paulo: Summus, 2018.

MARTINS, Leandro. **Empresas controladas pela mesma pessoa vencem licitações na Coderp**. Folha de São Paulo, 18 ago. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/ribeiraopreto/1139296-empresas-controladas-pela-mesma-pessoa-vencem-licitacoes-na-coderp.shtml>. Acesso: 23 mar. 2025

MORAIS, Hermes Duarte. Operação sevandija: um estudo das causas e consequências da corrupção. **Revista Jurídica da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo**, [s.l.], v. 17, n. 1, p. 157-170, jul. 2020. Disponível em: https://es.mpsp.mp.br/revista_esmp/index.php/RJESMPSP/article/view/376. Acesso em: 13 mar. 2025

NEVES, Vitor. **Juiz de Campinas também pede para deixar Operação Sevandija**. 3 maio 2024. Disponível em: <https://www.acidadeon.com/ribeiraopreto/politica/juiz-de-campinas-tambem-pede-para-deixar-operacao-sevandija/>. Acesso em: 26 mar. 2025.

NUNES Marques cassa decisão do STJ e valida escutas da Operação Sevandija. 17 abr. 2024a. Disponível em: <https://www.mpsp.mp.br/w/em-recurso-do-ministerio-publico-stf-revalida-provas-da-operacao-sevandija>. Acesso em: 3 abr. 2025.

NUNES Marques valida escutas telefônicas da Operação Sevandija. 16 abr. 2024b. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2024/04/16/nunes-marques-valida-escutas-telefonicas-da-operacao-sevandija.ghhtml>. Acesso em: 13 mar. 2025.

OLIVEIRA, Adriano; TURIONI, Felipe. **Operação ‘Sevandija’**: entenda como funcionava a fraude em Ribeirão Preto. 01 set. 2016. Disponível em:

<https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2016/09/operacao-sevandija-entenda-como-funcionava-fraude-em-ribeirao-preto.html>. Acesso em: 18 fev. 2025.

OPERAÇÃO Sevandija: ex-secretário é condenado a 12 anos de prisão por lavagem de dinheiro em Ribeirão Preto. 3 fev. 2022a. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2022/02/03/operacao-sevandija-ex-secretario-e-condenado-a-12-anos-de-prisao-por-lavagem-de-dinheiro-em-ribeirao-preto.ghtml> a. Acesso em: 26 mar. 2025.

OPERAÇÃO Sevandija apreende carros de luxo e R\$ 320 mil em Ribeirão Preto, 01 set. 2016a. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2016/09/operacao-sevandija-apreende-carros-de-luxo-e-r-320-mil-em-ribeirao-preto.html>

OPERAÇÃO 'Sevandija' prende 11 suspeitos de fraudes em Ribeirão, 01 set. 2016b. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2016/09/operacao-sevandija-prende-11-suspeitos-de-fraudes-em-ribeirao-preto.html>. Acesso em: 20 fev. 2025.

OPERAÇÃO Sevandija rende 19 anos de reclusão para ex-prefeita de Ribeirão Preto. 12 jul. 2022b. Disponível em: <https://mpsp.mp.br/w/operacao-sevandija-rende-19-anos-de-reclusao-para-ex-prefeita-de-ribeirao-preto> b. Acesso em: 26 mar. 2025.

OPERAÇÃO Sevandija tem novo juiz. 18 jan. 2025. Disponível em: <https://www.tribunaribeirao.com.br/operacao-sevandija-tem-novo-juiz/>. Acesso em: 26 mar. 2025.

PAVINI, Cristiano. **Sevandija**: A história da operação contra a corrupção que estremeceu uma das maiores cidades brasileiras. Ribeirão Preto: Terra da Gente, 2024.

PINTO, Celi Regina Jardim. **A Banalidade da Corrupção**: uma forma de governar o Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

PF faz operação na Prefeitura, na Câmara e em autarquias de Ribeirão. 01 set. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2016/09/pf-cumpre-mandados-de-prisao-na-prefeitura-e-na-camara-de-ribeirao.html>. Acesso em: 13 mar. 2025.

PREFEITA de Ribeirão Preto, Dárcy Vera, é presa na segunda fase da Sevandija. 02 dez 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2016/12/prefeita-de-ribeirao-preto-darcy-vera-e-presa-na-segunda-fase-da-sevandija.html>. Acesso em: 20 fev. 2025.

RABIGER, Michael. **Directing the documentary**. Oxford: Focal Press. 2004. Disponível em: https://bpb-ap-se2.wpmucdn.com/mediafactory.org.au/dist/1/930/files/2017/07/Michael_Rabiger_Directing_The_Documentar-28p859l.pdf. Acesso em: 02 maio 2025.

RIBEIRÃO Preto é classificada como Capital Regional A. 01 jul. 2020. Disponível em: <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/noticia/ribeirao-preto-e-classificada-como-capital-regional-a>. Acesso em: 30 abr. 2025.

REGIÃO Metropolitana de Ribeirão Preto (RMRP). [202?] Disponível em: https://rmp.pdui.sp.gov.br/?page_id=127. Acesso em: 30 abr. 2025.

ROSSI, Clóvis. **O que é jornalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1980. Acesso em: 01 mar. 2025.

SAIBA o motivo de Ribeirão Preto ser a ‘Califórnia Brasileira’. 16 jun. 2022. Disponível em: <https://www.acidadeon.com/ribeiraopreto/cotidiano/saiba-o-motivo-de-ribeirao-preto-ser-a-california-brasileira/>. Acesso em: 03 mar. 2025.

SANTOS, Leonardo dos. **Sevandija**: Bastidores são revelados em livro lançado por jornalista em Ribeirão Preto. 09 fev. 2025. Disponível em: <https://www.acidadeon.com/ribeiraopreto/politica/nevio-archibald/sevandija-bastidores-sao-revelados-em-livro-lancado-por-jornalista-em-ribeirao-preto/>. Acesso em: 28 mar. 2025.

SARTORI, Débora; PORCELLO, Flávio. Jornalismo e escândalos políticos: o confronto entre o julgamento e a objetividade. **Comunicação & Informação**, Goiânia, v. 16, n. 2, p. 40-52, 2014. DOI: <https://doi.org/10.5216/c&i.v16i2.27387>. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/27387>. Acesso em: 01 mar. 2025.

SEVANDIJA: entenda como ficam as condenações após STJ anular ações com interceptações telefônicas. 21 set. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2022/09/21/sevandija-entenda-como-ficam-as-condenacoes-apos-stj-anular-acoes-com-interceptacoes-telefonicas.ghtml>. Acesso em: 10 mar. 2025.

SEVANDIJA surgiu de denúncia sobre vizinho que ostentava 'carrão de luxo'. 10 out. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2016/10/sevandija-surgiu-de-denuncia-sobre-vizinho-que-ostentava-carrao-de-luxo.html>. Acesso em: 13 mar. 2025.

SOARES, Sérgio José Puccini. **Documentário e Roteiro de Cinema**: da pré-produção à pós-produção. 2007. 236 f. Tese (Doutorado em Multimeios) - Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=482021>. Acesso em: 28 abr. 2025.

SPONHOLZ, Liriam. Objetividade em Jornalismo: uma perspectiva da teoria do conhecimento. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v.10, n. 21, p. 110-120, 11 abr. 2008. DOI: <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2003.21.3219>. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistafamecos/article/view/3219>. Acesso em: 24 mar. 2025.

SCHIAVONI, Eduardo; LOPES, Angelo. Operação Sevandija: A operação que mudou a história da política de Ribeirão. **Jornal Ribeirão**, Ribeirão Preto, v. 1, p. 6-7 10, set. 2024. Disponível em: <https://heyzine.com/flip-book/jornalribeiraoa01e001.html#page/6>. Acesso em: 03 mar. 2025.

STRÖMBÄCK, Jesper. Four Phases of Mediatization: An Analysis of the Mediatization of Politics. **The International Journal of Press/Politics**, [s.l.] v. 13, n. 3, 228-246, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1177/1940161208319097>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1940161208319097>. Acesso em: 31 mar. 2025.

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico. In: TRAQUINA, Nelson. (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e "estórias". Lisboa: Vega Editora, 1999. p. 77-97.

THOMPSON, John B. **El Escándalo Político**: Poder y visibilidad en la era de los medios de comunicación. Barcelona: Paidós, 2001.

ANEXO A - Termos de cessão de imagens do Grupo EP



TERMO DE CESSÃO

Pelo presente instrumento particular, a **Sra. Carmen Silvia Porto Brunialti Justo**, portadora do RG.: **17.294.714**, Coordenadora do Curso de Comunicação Social em Jornalismo no Centro Universitário Barão de Mauá, recebe da EPTV Ribeirão, Empresa Paulista de Televisão S/A, sediada à Rua Javari, 3099, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o n.º 46.242.004/0002-68 e Inscrição Estadual n.º 582.324.004-110, uma cópia das matérias conforme lista em anexo, sendo todas referente à Operação Sevandija.

Estas imagens destinam - se exclusivamente à exibição em circuito fechado, para fins acadêmicos na monografia intitulada: *Operação Sevandija: Um Estudo de caso sobre a cobertura jornalística*, e na produção audiovisual de um documentário (*sem título definido*), não podendo ser compartilhadas por qualquer meio de comunicação em massa, incluindo redes sociais, ou utilizadas para fins distintos daquele objeto da seguinte cessão, conforme exceção expressa a seguir: está autorizado a veiculação no Youtube, desde que seja e permaneça em modo não listado, no canal oficial do Centro Universitário Barão de Mauá, com os devidos créditos: **ACERVO EP: EPTV**. O solicitante é responsável integralmente por obter todas as licenças de terceiros, seja autorização de uso de imagem e voz, fotos, dentre outras, isentando à EPTV de quaisquer responsabilidades decorrentes ou advindas da não obtenção da autorização de terceiros eventualmente identificáveis nos trechos das imagens cedidas, sendo unicamente responsável em arcar com quaisquer despesas, indenizações, custas judiciais e/ou honorários advocatícios caso haja reivindicações advindas de qualquer dano por uso indevido ou violação ao direito de personalidade. Ficando claro que, em caso de utilização distinta da prevista no presente instrumento, responde por todos os direitos autorais e conexos daí decorrentes, inclusive o moral de que trata a lei de proteção à obra intelectual.

Ribeirão Preto, 18 de julho de 2025.

carmen.justa@baraoDMAU.com.br

Assinado

Sra. Carmen Silvia Porto Brunialti Justo
Coordenadora do Curso de Comunicação Social em Jornalismo
Centro Universitário Barão de Mauá

monica.barbosa@epTV.com.br

Assinado

Monica Barbosa
Coordenadora Acervo Rede

EPTV Campinas
Rua Regina Nogueira, 120
13045-000 Campinas - SP
Tel. (19) 3376-6400
Fax (19) 3376-6416

EPTV Ribeirão
Rua Javari, 3099
14060-040 Ribeirão Preto - SP
Tel. (16) 3601-3400
Fax (16) 3601-3416

EPTV Central
Rua Mário Lucchesi, 45
13570-300 São Carlos - SP
Tel. (16) 3363-6400
Fax (16) 3363-6422

EPTV Sul de Minas
Rua Prof.ª Helena Reis, 81
37006-030 Varginha - MG
Tel. (35) 2106-6400
Fax (35) 2106-6416

D4Sign c57e1b63-cc44-444f-b6ff-6a0086aa4164 - Para confirmar as assinaturas acesse <https://nexus.d4sign.com.br/verificar>
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2, Brazil



ANEXO

1. "Operação Sevandija_Corrupção Ribeirão" exibida no Jornal da EPTV 2ª edição, no dia 01 de setembro de 2016.
2. "Operação Sevandija_Escutas Operação_01" exibida no Jornal da EPTV 2ª edição, no dia 02 de setembro de 2016.
3. "Operação Sevandija_Café Vereadores" exibida no Jornal da EPTV 2ª edição, no dia 05 de setembro de 2016.
4. "Operação Sevandija_Transcrições Rovani" exibida no Jornal da EPTV 2ª edição, no dia 08 de setembro de 2016.
5. "Operação Sevandija_Cadê Darcy" exibida no Jornal da EPTV 2ª edição, no dia 09 de setembro de 2016.
6. "Operação Sevandija_Patrimônio Vereadores" exibida no Jornal da EPTV 2ª edição, no dia 12 de setembro de 2016.
7. "Operação Sevandija_Corrupção DAERP" exibida no Jornal da EPTV 2ª edição, no dia 15 de setembro de 2016.
8. "Respostas Darcy Sevandija" exibida no Jornal da EPTV 1ª edição, no dia 23 de setembro de 2016.
9. "Darcy Sevandija 4 Sonoras Coletiva" exibida no Jornal da EPTV 2ª edição, no dia 23 de setembro de 2016.
10. "Sevandija Soltos Fórum" exibida no Jornal da EPTV 2ª edição, no dia 07 de outubro de 2016.
11. "Morte Plastino" exibida no Jornal da EPTV 1ª edição, no dia 26 de novembro de 2016.
12. "Link Prisão Darcy Sevandija" exibida no Jornal da EPTV 1ª edição, no dia 02 de dezembro de 2016.
13. "Explica Honorário" exibida no Jornal da EPTV 2ª edição, no dia 02 de dezembro de 2016.

EPTV Campinas
Rua Regina Nogueira, 120
13045-000 Campinas - SP
Tel. (19) 3776-6400
Fax (19) 3776-6416

EPTV Ribeirão
Rua Javari, 3099
14060-640 Ribeirão Preto - SP
Tel. (16) 3601-3400
Fax (16) 3601-3416

EPTV Central
Rua Mário Luchesi, 45
13570-380 São Carlos - SP
Tel. (16) 3363-6400
Fax (16) 3363-6422

EPTV Sul de Minas
Rua Prof.ª Helena Reis, 81
37005-030 Varginha - MG
Tel. (35) 2105-6400
Fax (35) 2105-6416

D4Sign c57e1f63-cc44-444f-bb1f-6a0086aa4184 - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brazil



TERMO DE CESSÃO

Pelo presente instrumento particular, a **Sra. Carmen Silvia Porto Brunialti Justo**, portadora do RG.: **17.294.714**, Coordenadora do Curso de Comunicação Social em Jornalismo no Centro Universitário Barão de Mauá, recebe da EPTV Ribeirão, Empresa Paulista de Televisão S/A, sediada à Rua Javari, 3099, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o n.º 46.242.004/0002-68 e Inscrição Estadual n.º 582.324.004-110, uma cópia da matéria "Manhã Operação Sevandija", exibida no Jornal da EPTV 1ª Edição, no dia 02 de dezembro de 2016.

Esta imagem destina-se exclusivamente à exibição em circuito fechado, para fins acadêmicos na monografia intitulada: *Operação Sevandija: Um Estudo de caso sobre a cobertura jornalística*, e na produção audiovisual de um documentário (sem título definido), não podendo ser compartilhada por qualquer meio de comunicação em massa, incluindo redes sociais, ou utilizada para fins distintos daquele objeto da seguinte cessão, conforme exceção expressa a seguir: está autorizado a veiculação no Youtube, desde que seja e permaneça em modo não listado, no canal oficial do Centro Universitário Barão de Mauá, com os devidos créditos: **ACERVO EP: EPTV**. O solicitante é responsável integralmente por obter todas as licenças de terceiros, seja autorização de uso de imagem e voz, fotos, dentre outras, isentando a EPTV de quaisquer responsabilidades decorrentes ou advindas da não obtenção da autorização de terceiros eventualmente identificáveis nos trechos das imagens cedidas, sendo unicamente responsável em arcar com quaisquer despesas, indenizações, custas judiciais e/ou honorários advocatícios caso haja reivindicações advindas de qualquer dano por uso indevido ou violação ao direito de personalidade. Ficando claro que, em caso de utilização distinta da prevista no presente instrumento, responde por todos os direitos autorais e conexos daí decorrentes, inclusive o moral de que trata a lei de proteção à obra intelectual.

Ribeirão Preto, 22 de outubro de 2025.

.....
Sra. Carmen Silvia Porto Brunialti Justo
Coordenadora do Curso de Comunicação Social em Jornalismo
Centro Universitário Barão de Mauá

.....
Mônica Barbosa
Coordenadora Acervo Rede

EPTV Campinas
Rua Regina Nogueira, 125
13045-800 Campinas - SP
Tel. (19) 3776-6400
Fax (19) 3776-6416

EPTV Ribeirão
Rua Javari, 3099
14090-640 Ribeirão Preto - SP
Tel. (16) 3021-3400
Fax (16) 3021-3416

EPTV Central
Rua Mario Luchesi, 45
13570-300 São Carlos - SP
Tel. (16) 3063-6400
Fax (16) 3063-6422

EPTV Sul de Minas
Rua Prof.ª Helena Reis, 51
37006-030 Varginha - MG
Tel. (35) 2106-6400
Fax (35) 2106-6416

D4Sign 5c841138-761a-4796-b586-7a4b50ca0c5 - Para confirmar as assinaturas, acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar>
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2, Brasil

ANEXO B - Autorizações de uso de imagem e voz



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ

Eu, Daniel Pacheco Pontes, neste ato, e para todos os fins em direito admitidos, autorizo expressamente a utilização da minha imagem e voz, em caráter definitivo e gratuito, constante em fotos e filmagens decorrentes da minha participação no projeto do Centro Universitário Barão de Mauá, a seguir discriminado:

Projeto: Trabalho de Conclusão de Curso de Jornalismo

Título do projeto: Operação Sevandija: um Estudo de Caso sobre a Cobertura Jornalística

Alunos: Beatriz Jacomini, Carolina Castro e Julia Valeri

Orientador: Lucas Zanetti

As imagens e a voz poderão ser exibidas: nos relatórios parcial e final do referido projeto, na apresentação audiovisual do mesmo, em publicações e divulgações acadêmicas, em festivais e premiações nacionais e internacionais, assim como disponibilizadas no banco de imagens resultante da pesquisa e na internet, fazendo-se constar os devidos créditos.

Os alunos ficam autorizados a executar a edição e montagem das fotos e filmagens, conduzindo as reproduções que entenderem necessárias, bem como a produzirem nos respectivos materiais de comunicação, respeitando sempre os fins aqui estipulados.

Por ser esta a expressão de minha vontade, nada terei a reclamar a título de direitos conexos a minha imagem e voz ou qualquer outro.

Ribeirão Preto, 13 de Outubro de 2025.

**DANIEL PACHECO
PONTES**

Assinado de forma digital

por DANIEL PACHECO
PONTES

Dados: 2025.10.13 18:41:04
-03'00'

Assinatura do(a) entrevistado(a)

UNIDADE CENTRAL
Rua Ramos de Azevedo, 423
Jd. Paulista - Ribeirão Preto/SP

UNIDADE ITARARÉ
Rua Itararé, 94 - Jd. Paulista
Ribeirão Preto/SP

UNIDADE ITATIAIA
Av. Itatiaia, 1176 - Jd. Sumaré
Ribeirão Preto/SP

UNIDADE INDEPENDÊNCIA
Rua José Curvelo da Silveira Jr, 110
Jd. Califórnia - Ribeirão Preto/SP

UNIDADE CAMILO
Rua Camilo de Mattos, 2211
Jd. Paulista - Ribeirão Preto/SP

0800 18 35 66

www.barcodemaui.br



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ

Eu, Paulo Henrique Aguilino, neste ato, e para todos os fins em direito admitidos, autorizo expressamente a utilização da minha imagem e voz, em caráter definitivo e gratuito, constante em fotos e filmagens decorrentes da minha participação no projeto do Centro Universitário Barão de Mauá, a seguir discriminado:

Projeto: Trabalho de Conclusão de Curso de Jornalismo

Título do projeto: Operação Sevandija: um Estudo de Caso sobre a Cobertura Jornalística

Alunos: Beatriz Jacomini, Carolina Castro e Julia Valeri

Orientador: Lucas Zanetti

As imagens e a voz poderão ser exibidas: nos relatórios parcial e final do referido projeto, na apresentação audiovisual do mesmo, em publicações e divulgações acadêmicas, em festivais e premiações nacionais e internacionais, assim como disponibilizadas no banco de imagens resultante da pesquisa e na internet, fazendo-se constar os devidos créditos.

Os alunos ficam autorizados a executar a edição e montagem das fotos e filmagens, conduzindo as reproduções que entenderem necessárias, bem como a produzirem nos respectivos materiais de comunicação, respeitando sempre os fins aqui estipulados.

Por ser esta a expressão de minha vontade, nada terei a reclamar a título de direitos conexos a minha imagem e voz ou qualquer outro.

Ribeirão Preto, 01 de agosto de 2025.

Assinatura do(a) entrevistado(a)

UNIDADE CENTRAL
Rua Raimundo de Azevedo, 423
Jd. Paulista - Ribeirão Preto/SP

UNIDADE ITARARÉ
Rua Itararé, 94 - Jd. Paulista
Ribeirão Preto/SP

UNIDADE ITATIAIA
Av. Itatiaia, 1176 - Jd. Samara
Ribeirão Preto/SP

UNIDADE INDEPENDÊNCIA
Rua José Curvelo da Silveira Jr., 110
Jd. Califórnia - Ribeirão Preto/SP

UNIDADE CAMILO
Rua Camilo de Mattos, 221
Jd. Paulista - Ribeirão Preto/SP

0800 18 35 66

www.barodemaui.br



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ

Eu, Dado Aguiar G. L., neste ato, e para todos os fins em direito admitidos, autorizo expressamente a utilização da minha imagem e voz, em caráter definitivo e gratuito, constante em fotos e filmagens decorrentes da minha participação no projeto do Centro Universitário Barão de Mauá, a seguir discriminado:

Projeto: Trabalho de Conclusão de Curso de Jornalismo

Título do projeto: Operação Sevandija: um Estudo de Caso sobre a Cobertura Jornalística

Alunos: Beatriz Jacomini, Carolina Castro e Julia Valeri

Orientador: Lucas Zanetti

As imagens e a voz poderão ser exibidas: nos relatórios parcial e final do referido projeto, na apresentação audiovisual do mesmo, em publicações e divulgações acadêmicas, em festivais e premiações nacionais e internacionais, assim como disponibilizadas no banco de imagens resultante da pesquisa e na internet, fazendo-se constar os devidos créditos.

Os alunos ficam autorizados a executar a edição e montagem das fotos e filmagens, conduzindo as reproduções que entenderem necessárias, bem como a produzirem nos respectivos materiais de comunicação, respeitando sempre os fins aqui estipulados.

Por ser esta a expressão de minha vontade, nada terei a reclamar a título de direitos conexos a minha imagem e voz ou qualquer outro.

Ribeirão Preto, 22 de junho de 2025.

Assinatura do(a) entrevistado(a)

UNIDADE CENTRAL
Rua Ramos de Azevedo, 423
Jd. Paulista - Ribeirão Preto/SP

UNIDADE ITARARÉ
Rua Itararé, 94 - Jd. Paulista
Ribeirão Preto/SP

UNIDADE ITATIAIA
Av. Itatiaia, 1376 - Jd. Sumaré
Ribeirão Preto/SP

UNIDADE INDEPENDÊNCIA
Rua José Cury da Silveira Jr., 110
Jd. Caldeira - Ribeirão Preto/SP

UNIDADE CAMILO
Rua Camilo de Mattos, 221
Jd. Paulista - Ribeirão Preto/SP

0800 18 35 66

www.baraodemaua.br

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ

Eu, João Carlos Bordin, neste ato, e para todos os fins em direito admitidos, autorizo expressamente a utilização da minha imagem e voz, em caráter definitivo e gratuito, constante em fotos e filmagens decorrentes da minha participação no projeto do Centro Universitário Barão de Mauá, a seguir discriminado:

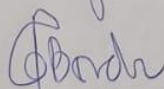
Projeto: Trabalho de Conclusão de Curso de Jornalismo
Título do projeto: Operação Sevandija: um Estudo de Caso sobre a Cobertura Jornalística
Alunos: Beatriz Jacomini, Carolina Castro e Julia Valeri
Orientador: Lucas Zanetti

As imagens e a voz poderão ser exibidas: nos relatórios parcial e final do referido projeto, na apresentação audiovisual do mesmo, em publicações e divulgações acadêmicas, em festivais e premiações nacionais e internacionais, assim como disponibilizadas no banco de imagens resultante da pesquisa e na internet, fazendo-se constar os devidos créditos.

Os alunos ficam autorizados a executar a edição e montagem das fotos e filmagens, conduzindo as reproduções que entenderem necessárias, bem como a produzirem nos respectivos materiais de comunicação, respeitando sempre os fins aqui estipulados.

Por ser esta a expressão de minha vontade, nada terei a reclamar a título de direitos conexos a minha imagem e voz ou qualquer outro.

Ribeirão Preto, 14 de Julho de 2025.



Assinatura do(a) entrevistado(a)

UNIDADE CENTRAL
Rua Ramos de Azevedo, 423
Jd. Paulista - Ribeirão Preto/SP

UNIDADE ITARARE
Rua Itararé, 94 - Jd. Paulista
Ribeirão Preto/SP

UNIDADE ITATIAIA
Av. Itatiaia, 1176 - Jd. Sumaré
Ribeirão Preto/SP

UNIDADE INDEPENDÊNCIA
Rua José Curvelo da Silveira Jr., 110
Jd. California - Ribeirão Preto/SP

UNIDADE CAMILO
Rua Camilo de Mattos, 221
Jd. Paulista - Ribeirão Preto/SP

0800 18 35 66

www.baraodemaua.br



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ

Eu, Camila Couture Pimentel Ribeiro, neste ato, e para todos os fins em direito admitidos, autorizo expressamente a utilização da minha imagem e voz, em caráter definitivo e gratuito, constante em fotos e filmagens decorrentes da minha participação no projeto do Centro Universitário Barão de Mauá, a seguir discriminado:

Projeto: Trabalho de Conclusão de Curso de Jornalismo

Título do projeto: Operação Sevandija: um Estudo de Caso sobre a Cobertura Jornalística

Alunos: Beatriz Jacomini, Carolina Castro e Julia Valeri

Orientador: Lucas Zanetti

As imagens e a voz poderão ser exibidas: nos relatórios parcial e final do referido projeto, na apresentação audiovisual do mesmo, em publicações e divulgações acadêmicas, em festivais e premiações nacionais e internacionais, assim como disponibilizadas no banco de imagens resultante da pesquisa e na internet, fazendo-se constar os devidos créditos.

Os alunos ficam autorizados a executar a edição e montagem das fotos e filmagens, conduzindo as reproduções que entenderem necessárias, bem como a produzirem nos respectivos materiais de comunicação, respeitando sempre os fins aqui estipulados.

Por ser esta a expressão de minha vontade, nada terei a reclamar a título de direitos conexos a minha imagem e voz ou qualquer outro.

Ribeirão Preto, 14 de junho de 2025.

Camila Ribeiro
Assinatura do(a) entrevistado(a)

UNIDADE CENTRAL
Rua Ramos de Azevedo, 423
Jd. Paulista - Ribeirão Preto/SP

UNIDADE ITARARE
Rua Itararé, 94 - Jd. Paulista
Ribeirão Preto/SP

UNIDADE ITATIAIA
Av. Itatiaia, 1176 - Jd. Sumaré
Ribeirão Preto/SP

UNIDADE INDEPENDÊNCIA
Rua José Curvelo da Silveira Jr., 110
Jd. California - Ribeirão Preto/SP

UNIDADE CAMILO
Rua Camilo de Mattos, 221
Jd. Paulista - Ribeirão Preto/SP

0800 18 35 66

www.baraoDMAU.com.br



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ

Eu, Cristiano P. P., neste ato, e para todos os fins em direito admitidos, autorizo expressamente a utilização da minha imagem e voz, em caráter definitivo e gratuito, constante em fotos e filmagens decorrentes da minha participação no projeto do Centro Universitário Barão de Mauá, a seguir discriminado:

Projeto: Trabalho de Conclusão de Curso de Jornalismo
Título do projeto: Operação Sevandija: um Estudo de Caso sobre a Cobertura Jornalística
Alunos: Beatriz Jacomini, Carolina Castro e Julia Valeri
Orientador: Lucas Zanetti

As imagens e a voz poderão ser exibidas: nos relatórios parcial e final do referido projeto, na apresentação audiovisual do mesmo, em publicações e divulgações acadêmicas, em festivais e premiações nacionais e internacionais, assim como disponibilizadas no banco de imagens resultante da pesquisa e na internet, fazendo-se constar os devidos créditos.

Os alunos ficam autorizados a executar a edição e montagem das fotos e filmagens, conduzindo as reproduções que entenderem necessárias, bem como a produzirem nos respectivos materiais de comunicação, respeitando sempre os fins aqui estipulados.

Por ser esta a expressão de minha vontade, nada terei a reclamar a título de direitos conexos a minha imagem e voz ou qualquer outro.

Ribeirão Preto, 22 de maio de 2025.

Cristiano P. P.

Assinatura do(a) entrevistado(a)

UNIDADE CENTRAL
Rua Ramos de Azevedo, 423
Jd. Paulista - Ribeirão Preto/SP

UNIDADE ITARARE
Rua Itararé, 94 - Jd. Paulista
Ribeirão Preto/SP

UNIDADE ITATIAIA
Av. Itatiaia, 1176 - Jd. Sumaré
Ribeirão Preto/SP

UNIDADE INDEPENDÊNCIA
Rua José Curvelo da Silveira Jr. 110
Jd. Califórnia - Ribeirão Preto/SP

UNIDADE CAMILO
Rua Camilo de Mattos, 221
Jd. Paulista - Ribeirão Preto/SP

0800 18 35 66

www.baraodemaua.br